



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e doze, pelas vinte uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção inicial:

“Cumprimento todos os presentes, nomeadamente os ilustres Nogueirenses que hoje nos dão a honra da sua presença. É para nós uma satisfação quando vemos público aqui a assistir aos trabalhos que é sinal de empenho na nossa vida coletiva.”

No seguimento dos trabalhos, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Lúcia Isabel Narciso Prata, o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves, o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, tendo sido substituídos pelo Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro, Sr. António Moreira Lopes, Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Pato, e Sr. António da Silva Antunes, respetivamente.

A Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre e a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão também estiveram ausentes, tendo solicitado a justificação da sua falta, o que lhes foi deferido. Também se encontravam ausentes a Sra. Dra. Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira, que não justificou a sua falta, pelo que lhe foi considerada injustificada e o Sr. Licínio Manuel Silveira das Neves, que solicitou a justificação da sua falta, o que lhe foi deferido.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos do nº 2 do artigo 46º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, de proposta de contratação de pessoal – Procedimento concursal comum Para o preenchimento de um posto de trabalho para a categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

III - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do “Regulamento para a atribuição de apoios a agregados familiares desfavorecidos”.

IV - Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2011.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2011.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia, por isso, queria informar a assembleia que temos uma inscrição do público, o Sr. Dr. Nuno Freixinho. Eu pedia à assembleia, para como de costume não estarmos a sacrificar as pessoas até às tantas - prevêmos que hoje a assembleia será um bocadinho demorada - que a intervenção do público seja feita no fim do Período Antes da Ordem do Dia.

Perguntava se alguém se opõe?

Como não há oposição, e como de costume a intervenção do público será no fim do Período Antes da Ordem do Dia.”

Entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Logicamente que hoje terei que ser sucinto, e por isso abdiquei de outros assuntos.

Estando eu solidário com esta causa, hoje mais do que nunca, queria aqui demonstrar toda a minha solidariedade neste caso.

Penso que o assunto principal que virá aqui no Período Antes da Ordem do Dia será o caso da agregação da Freguesia de Nogueira do Cravo.

Na quarta-feira, fiz questão de me deslocar a Nogueira do Cravo, porque, e demonstrei-o lá, e fiz questão de o dizer quer a nível pessoal quer enquanto Presidente da Junta, e em nome de todo o Executivo da Junta de Freguesia, que estamos solidários com a questão de Nogueira do Cravo.

Volto aqui a salientar que não há ambição nenhuma nem interesse nenhum de Oliveira do Hospital enquanto freguesia de absorver a freguesia de Nogueira do Cravo, que isto fique aqui já explícito.

Desde o primeiro dia me debato aqui por uma causa e a minha causa é o interior, é o concelho de Oliveira do Hospital e são todos os problemas que nos estão relegados a nós, e que nos cabe aqui a nós, enquanto cidadãos eleitos independentemente de sermos presidentes ou restantes membros defender as causas daquelas pessoas que nos elegeram. Também quero dizer, que as pessoas por mais uma vez, porque penso que a maior parte fá-lo, hoje coloquem aqui acima de tudo as causas sociais e as causas neste caso do nosso interesse acima de qualquer causa política porque hoje uns, ontem outros, amanhã outros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que nos interessa aqui é salvaguardar as nossas necessidades e os nossos problemas. Cabe-nos a nós defende-los.

Para mim este processo começou já há mais de um ano, por isso temos que nos unir em prol da causa de Nogueira do Cravo.

Mas, esta causa, não tem só a ver com Nogueira do Cravo, tem a ver com o concelho todo de Oliveira do Hospital. Hoje Nogueira do Cravo, ontem São Gião, Alvôco e outros mais, mas amanhã também poderá caber a qualquer um dos outros presidentes que aqui está e se nós, os vinte e um presidentes fomos eleitos, independentemente pela percentagem que foi, a fim de salvaguardarmos os interesses das nossas freguesias não nos podemos sujeitar nem nos podemos deixar injetar por outros interesses para salvaguardar interesses daqueles que ontem fizeram uma lei, hoje alteraram, ontem prejudicaram uns, hoje estão a prejudicar outros, e pior, que não têm consciência de qualquer realidade do que se passa no interior. Eles têm lojas do cidadão, têm transportes públicos, eles acabam com os serviços que temos aqui, infelizmente já não são muitos e cada vez hão de ser menos até nos esgotarem psicologicamente, fisicamente até nos levarem à nossa morte.

Mais uma vez aqui reforço em nome do Sr. Presidente da Junta de Nogueira do Cravo e em nome do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo, podem contar com a Freguesia de Oliveira do Hospital na defesa da continuidade de Nogueira do Cravo, assim como eu - mais uma vez aqui reforço - cá estarei também para defender a continuidade de qualquer Junta de Freguesia deste concelho.

Entre vinte e uma Freguesias e dando continuidade ao que aqui já foi subscrito e votado por unanimidade, hoje mais uma vez, dos vinte e um Presidentes de Junta de Freguesia, venho aqui, em seus nomes, apresentar uma posição tomada e já assinada por dezanove, apenas faltam dois, que logicamente assinarão ou não por sua vontade, porque aqui ninguém foi obrigado a assinar esta posição, a mesma diz o seguinte: “*POSIÇÃO DE PRINCÍPIO SOBRE A REFORMA ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA.*”

Considerando a aprovação da Lei 44/12, que estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da reorganização administrativa territorial autárquica, os presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Oliveira do Hospital, abaixo assinados, reiteram a sua posição de princípio de rejeição desta Lei, repudiando qualquer tentativa de extinção ou agregação de freguesias no Concelho de Oliveira do Hospital.

Mais ainda, os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Oliveira do Hospital, manter-se-ão ao lado de todas as Freguesias do Concelho, sem exceção na luta contra esta injustiça.

Oliveira do Hospital, 27 de abril de 2012.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Dra. Sónia Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Já em anteriores reuniões desta Assembleia Municipal, aqui coloquei a questão ao Sr. Presidente da Câmara sobre as obras de requalificação da Av. Dr. Carlos Campos.

Passado todo este tempo ainda não vi qualquer tipo de manobra ou de intenção lá em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cima na Av. Dr. Carlos Campos. Por isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara ou ao Sr. Vice-Presidente da Câmara que informasse todos os presentes, se o projeto está em andamento e se efetivamente vai haver a Requalificação do Mercado e da zona envolvente?

Lembro-me que na altura também foi colocada aqui a questão das vias, se eram duas ou se eram três.

Outra questão que também se colocava era sobre a Central de Camionagem.

Entendo que a requalificação, revitalização e modernização do Mercado Municipal e a construção da Central de Camionagem são obras importantes para o nosso concelho.

Percorrendo o concelho deparo-me com várias Escolas Primárias que se encontram abandonadas algumas até em ruínas.

Sr. Presidente da Câmara qual a intenção da autarquia para com essas Escolas Primárias?”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho Marques:

“Sr. Presidente, penso que fui das primeiras pessoas a manifesta-se contra o que proponha o famigerado “defunto livro verde”. Disse nessa altura que a freguesia de Alvoco, era contra todos os critérios que esse documento tinha, como ficou bem vincado nas Assembleias Extraordinárias e popular da freguesia.

Como se costuma dizer “rei morto rei posto”, chega-nos a lei 44/2012 e os seus novos parâmetros.

Se o livro verde era uma aberração a lei 44/2012 então não se fala, mas teve o mérito de trazer para a luta todas as freguesias, não só aquelas que não reuniam os critérios - segundo o defunto livro verde - como todas as freguesias.

Segundo o que está escrito nesses parâmetros qualquer freguesia está sujeita a ser anexada ou extinta, já não falando nas freguesias urbanas que segundo estes parâmetros estão na linha da frente...

Sr. Presidente, o pedido que lhe fiz na Assembleia Municipal penso que de setembro, não sei se está recordado, mas vou repetir. Ajude as freguesias mais pequenas numa luta que vai ser desigual.

Sr. Presidente esse pedido mantém-se.

Sr. Presidente se V. Exa. ceder algumas recomendações de alguns que se julgam poderosos vamos parar à mesma situação. Se não estivermos atentos podemos deixar partir a corda pelo mais fraco.

Sr. Presidente, quero deixar aqui bem vincado que sou contra qualquer extinção, anexação e outra qualquer modalidade de diminuição de freguesias, até me parece que querem aumentá-las em Lisboa ao querer criar a freguesia do Parque Expo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Penso que todas as freguesias têm o mesmo peso e o mesmo valor para as suas populações, tenham duzentos habitantes tenham cinquenta mil.

É nas freguesias mais pequenas que existem especificidades onde as juntas de freguesia podem ser mais úteis aos fregueses do que nas grandes freguesias onde as pessoas têm tudo perto e nas freguesias do interior está tudo mais longe.

Quero também agradecer ao Sr. Presidente da Câmara todo o esforço que tem feito para dotar todas as freguesias de melhores infraestruturas, muito especialmente as verbas que tem dado equitativamente em duas tranches todos os anos. Apesar de haver alguém que discorda, penso que foi a melhor medida deste executivo para com as Juntas de Freguesia e a mais democrática, assim as Juntas de Freguesia tiveram a oportunidade de selecionar as obras que mais necessitam e não ser o Presidente da Câmara que vai às Freguesias fazer as obras – às vezes mais bonitas – mas na maioria das vezes menos necessárias e sem o Presidente da Junta de Freguesia saber.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Dr. Fabrício Santos, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui para reflexão uma notícia que conheci à dias num jornal da região: *“Incêndios por Negligência – A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital promoveu uma ação de sensibilização na feira mensal de 9 de abril de 2012.”*

Nessa ação de sensibilização, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, prometeu ter *“mão dura”* para casos de incêndio florestal por negligência.

Dizia a notícia que: *“estavam presentes todos “os atores” que atuavam na prevenção e combate aos fogos florestais”*.

O Presidente da Autarquia deixou a certeza de avançar com medidas duras para quem provocar incêndios por negligência.”

Perguntamos: Quais são os incêndios que considera serem por negligência?

Serão aqueles que são feitos em condições adversas?

Serão aqueles que evoluíram de forma rápida e violenta, impossível de suster com os meios ali existentes e que alastra sem controlo?

Quais serão esses incêndios por negligência?

Diz a notícia que *“pretendeu “consciencializar” os munícipes para um conjunto de “regras” a que devem obedecer em caso de realização de queimas, de modo a que “não aconteçam as desgraças a que temos vindo a assistir aqui no concelho”*”.

Perguntamos: Quais são as regras a que devem obedecer em caso de queimas?

Pela notícia que li apenas encontrei uma. *“Avisar a Câmara”*.

Avisou, em termos ameaçadores – pareceu-me - que ia ter *“mão dura”* para aqueles que colocam os pertences das outras pessoas em causa e tomarem atitudes *“irresponsáveis”*.

Estamos de acordo com a preocupação de, por todos os meios, evitar os fogos quer



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sejam florestais quer sejam de outra natureza.

Prometeu “regras” e também “*mão dura*” mas não vi a proposta de responsabilizar, pelo pagamento dos prejuízos causados, aqueles que, por negligência, provocam prejuízos avultados no património dos proprietários.

Esperamos que nos possa apresentar essas regras que julga necessárias e o modo como vai então usar a “*mão dura*”.

Outra reflexão que quero aqui apresentar é sobre as lombas nas estradas e ruas do nosso concelho.

Assistimos, com muita frequência, à colocação de lombas, com e sem passadeiras, nas ruas e estradas do nosso concelho.

Um exemplo de uma má decisão, em matéria de colocação de lombas, é aquela que foi colocar duas lombas na estrada, a que eu chamo via norte, ali a seguir ao cruzamento para a Lajeosa, junto a uma unidade industrial que foi construída à pouco tempo.

Não terá sido uma má decisão autorizar a sua construção naquele local?

Na proximidade existe um cruzamento que foi sinalizado, e penso que bem, com traços brancos que produzem uma certa vibração e que são a indicação de algum perigo existir e, portanto, devem ser tomados todos os cuidados para evitar algum acidente.

Teria sido, no meu entender, uma sinalização destas que devia ter sido colocada naquele local.

Há anos a esta parte, foram implementados estes procedimentos, de colocar obstáculos definitivos nos pavimentos das ruas e estradas do nosso concelho.

Foi uma opção que considero errada pois provoca danos fortes, tanto a nível do corpo humano como nos “órgãos do veículo” que sofre o choque brutal nessas lombas.

É um castigo demasiado forte para quem é prudente e faz uma condução de acordo com as regras do Código das Estradas.

Quem não cumpre deve ser punido pelos seus atos. Quem cumpre não deve ser castigado mas sim elogiado pelo seu comportamento cívico.

Em Coimbra, por exemplo, também já houve lombas mas foram desativadas há bastante tempo devido aos danos que provocava nos veículos e também na coluna dos condutores. Foi o próprio INEM que pediu a sua desativação.

Numa cultura civilizada onde devíamos viver, o rigor e a disciplina no cumprimento dos códigos de conduta humana devem ser valorizados permanentemente. Não podemos viver assim. Todos temos de nos respeitar a nós próprios em primeiro lugar, e respeitar também o próximo.

Olhemos para o sentido de responsabilidade que se regista nos países mais desenvolvidos e com melhores condições de vida.

Vivemos num sistema democrático onde as pessoas devem ter o sentido de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responsabilidade e cumprir, o melhor possível, as normas e leis que são aprovadas pelos órgãos competentes da Nação.

Não conheço qualquer lei que permita colocar obstáculos permanentes nas vias de comunicação.

É um contrassenso estarmos a pedir a construção de IC's, ou a colocar pisos novos nas estradas ou ruas do nosso concelho e depois colocar-lhe umas lombas para não se poder andar a mais de dez quilómetros à hora.

Pedimos que sejam revistas as opções tomadas e que as lombas sejam rebaixadas e até anuladas.

Limitemos ao máximo os sinais de proibição e aumentemos sim os sinais de aconselhamento e de prudência.

Outro assunto que quero apresentar é sobre as obras de requalificação em Ervedal da Beira.

As obras de requalificação urbanística na Av. D. Manuel I e Av. Nova, em Ervedal da Beira parecem estar já concluídas.

Gostava de saber se assim é e se está satisfeito com os resultados desses trabalhos?

Gostava de saber qual o custo final dessas obras?

Gostava de saber qual o motivo porque existem sinais de lombas e sinais avisadores de velocidade aconselhada numas lombas e noutras não há nada?

Espero que as mesmas lombas sejam rebaixadas ou suavizadas para bem das pessoas que serão obrigadas a passar sobre elas.

Gostava de saber qual o critério de colocação de sinais de trânsito a indicar a existência de cruzamentos ou entroncamentos?

Gostava de saber qual o motivo porque não é reconhecido o título de Vila do Ervedal, sabendo-se que quando foi extinto o concelho de Ervedal, em 1885, não lhe foi retirado o título de Vila.

Gostaríamos de ver o reconhecimento feito e a placa indicativa colocada nas entradas da Vila.”

Seguidamente, a Sra. Dra. Luísa Vales tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em fevereiro de 2010 fui eleita presidente da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira do Hospital que é uma entidade oficial não judiciária com autonomia funcional, baseada numa lógica de parceria local, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação educação ou desenvolvimento integral, de acordo com o instituído na Lei nº147/99 de 1 de setembro.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Decidi não renovar o meu mandato enquanto presidente, que poderia ser renovável e irei manter-me como membro na comissão, na modalidade alargada, enquanto representante da saúde / centro de saúde.

Tenho a plena consciência de cumprimento do dever e da missão que assumi e me comprometi há 2 anos mas senti e decidi ter chegado a altura de proporcionar a outro elemento a continuidade do exercício de tão nobre causa. Nesta sequência, no dia 30 de Março, em reunião da comissão alargada, foi eleito presidente o Sr. vereador de Ação Social, Dr. Francisco Rolo, que para além do perfil adequado, reúne de facto um conjunto de características e de competências que irá em meu entender, facilitar o exercício das suas funções, permitindo honrar a nobre missão da CPCJ, pelo que me congratulo e o felicito mais uma vez.

Considero pertinente fazer uma breve resenha do trabalho efetuado durante estes 2 anos, o qual foi globalmente positivo.

Este mandato foi marcado por algumas dificuldades e constrangimentos, essencialmente provocado pela saída de várias técnicas, uma por decisão da sua direção, outra por mudança de residência e outra ainda por terminar o seu mandato. Tal facto, desencadeou alguma instabilidade na equipa e sobrecarregou imenso os outros técnicos, dado o aumento do número de processos que passaram a acompanhar.

Mas perante problemas, há que encontrar soluções e procurámos ultrapassá-los introduzindo novas metodologias de trabalho e novos procedimentos internos, com vista a uma melhor organização e funcionamento da comissão restrita e mesmo da comissão alargada, procurando que esta comesçasse a ter um papel mais ativo e dinâmico ao nível da prevenção.

Com o apoio e empenho de todos, foi possível fazermos gradualmente algumas conquistas e melhorar alguns aspetos organizacionais, obtendo resultados mais rigorosos e eficientes, mas em meu entender ainda há um longo caminho a percorrer, tendo em conta a Missão da CPCJ e os princípios orientadores da sua intervenção, sendo o principal, o interesse superior da criança e do jovem.

Ser presidente da CPCJ foi uma experiência muito gratificante, enriquecedora e contribuiu de forma determinante na consolidação de conhecimentos adquiridos quer através da partilha de experiências, quer através de formações e orientações da Comissão Nacional da CPCJ, com a colaboração estreita e desinteressada da Dra. Fátima Duarte, interlocutora regional, que sempre se disponibilizou em apoiar e aconselhar em situações muito complexas.

Importa referir que durante este período privilegiámos sempre o trabalho em rede e em parceria. Ou seja: houve uma articulação estreita entre os Técnicos Gestores da CPCJ e os Técnicos de Projetos de Intervenção Comunitária com acompanhamento a famílias e cujos menores foram sinalizados à CPCJ, nomeadamente com o Contrato Local de Desenvolvimento Social, a Equipa do Protocolo de Santa Casa de Misericórdia de Galizes no âmbito do RSI, ou com Assistentes Sociais de IPSS, tendo em vista uma maior eficácia e rentabilização de recursos locais.

Procurámos também melhorar os canais de comunicação com as entidades de primeiro nível de intervenção, contribuindo para uma melhor sinalização, articulação e proximidade, garantindo a circulação da informação.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É de salientar que de acordo com os dados do relatório de atividades referente a 2011, verificou-se um acompanhamento de 125 processos, foram arquivados 20, pelo que no final do ano havia 105 processos ativos, mais 27 do que no ano anterior.

As principais entidades sinalizadoras continuam a ser os estabelecimentos de ensino, seguidos da própria CPCJ, das autoridades policiais e dos pais podendo este facto ser um indicador de uma progressiva aproximação à CPCJ ou a assunção das suas dificuldades no desempenho das funções parentais.

A negligência das famílias, o absentismo escolar bem como a exposição a modelos de comportamento desviante, como seja situações de alcoolismo associadas à violência doméstica e/ou consumo de estupefacientes, constituem as principais causas das situações de perigo.

Continuam a destacar-se a aplicação de medidas de apoio em meio natural de vida, nomeadamente as medidas de apoio junto dos pais. São medidas que visam o apoio à própria criança ou jovem e que tem por objetivo reforçar as competências e condições de vida dos pais e/ou outros familiares, sendo reflexo do modelo de intervenção centrada nas famílias que se preconiza e privilegia.

Quero agradecer ao Município todo o apoio logístico prestado, às Direções de IPSS, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas, Centro de Saúde, Serviço Local de Segurança Social, GNR, projetos e outras entidades de primeiro nível de intervenção, pela colaboração prestada quer através da cedência de técnicos, quer pela disponibilidade e articulação efetuada.

Também um agradecimento sentido a todas as pessoas que sempre apoiaram incondicionalmente a minha presidência.

Termino expressando uma palavra de incentivo a todos os técnicos e entidades envolvidas, desejando que mantenham o mesmo empenho e dedicação, para dignificar e consolidar a Missão que nos une e nos motiva, em prol da promoção e proteção das crianças e dos jovens em perigo do nosso concelho.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º José Vasco, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me que deixe aqui uma ideia porque este espaço é um espaço de ideias e de sugestões, e se não puder vir a ser concretizada nos tempos mais próximos pelo menos fica a ideia para o futuro.

O Parque do Mandanelho é um parque bonito, agradável e por isso necessita de mais. Necessita de um espaço de restauração, de um espaço com um bar que traga mais gente para aquele espaço e para que possa ser aproveitado não só durante o dia mas também à noite.

Portanto fica aqui a ideia para a Câmara poder vir a fazer esse espaço um espaço bonito, moderno e depois obviamente concessioná-lo a terceiros, porque não está dentro das competências da Câmara a sua exploração direta.

O Sr. Prof. Fabrício já falou das lombas mas eu também gostava de dar uma palavra sobre as lombas.

Eu acho que as lombas são necessárias porque nós temos um problema gravíssimo que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é o excesso de velocidade dentro das localidades, e as lombas são necessárias para que as viaturas andem mais devagar.

Na minha opinião, a maior parte das lombas que estão no concelho estão bem postas, contudo, é necessário que estas últimas que estão a ser postas tenham sinalética porque algumas delas ainda não têm.

Queria também pedir a esta Câmara o seguinte: Nós temos uma estrada aqui nos arredores do concelho de Oliveira do Hospital, que é a estrada Vide/Piódão, que está praticamente intransitável.

Ora, o que é que acontece, há freguesias deste concelho que estão a ser prejudicadas por isso, nomeadamente São Gião, Alvoco e até Penalva de Alva. O trânsito faz-se todo por Aldeia das Dez e ninguém retorna pela outra estrada e deixa de passar em Alvoco e deixa de passar em São Gião ou até Penalva.

Como se sabe, há ligações da zona de Alvoco para São Gião e para Penalva por alcatrão, por isso eu queria-lhe pedir que fizesse uma intervenção junto da Câmara de Arganil e da Câmara de Seia para que esta estrada fosse arranjada porque ela está praticamente intransitável e isto é muito prejudicial para o turismo do Vale do Alva e do Alvoco e não estando a puxar a “brasa à minha sardinha” mas também me compete a mim defender todas as freguesias e nomeadamente aquelas do Vale do Alva e Alvoco.

Aquela estrada é muito importante para aquela região.

Por último esta questão de Nogueira do Cravo que é uma questão de facto extremamente preocupante. A nossa posição na generalidade é contra a extinção de todas as freguesias, preocupa-nos em particular as freguesias mais afastadas da sede do concelho, como é o caso de São Gião e Alvoco porque são terras, como aqui já foi dito, que precisam muito da Juntas de Freguesia porque vir à sede do concelho é difícil e aquelas populações precisam das Juntas.

Agora esta questão de Nogueira do Cravo é de facto aberrante, é uma aberração que ninguém pode pactuar com ela.

Em anteriores reuniões desta Assembleia Municipal votámos um princípio de não nos exprimirmos sobre quais as freguesias a extinguir. O que é certo é que com esta nova lei provavelmente essa posição tem que ser ponderada, tem que ser reavaliada.

De facto esta questão de Nogueira do Cravo e por aquilo que me foi dado a ver é uma questão técnica, tem a ver com meia dúzia de hectares de sobreposição do lugar urbano - julgo que é assim – e portanto não faz sentido, a questão de Nogueira do Cravo, não faz sentido nenhum.

Não desconsiderando nas outras todas mas a de Nogueira do Cravo não faz sentido e portanto provavelmente há alturas na vida que temos de tomar decisões e nós vamos ponderar isso mesmo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eng.º Carlos Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por me referir às comemorações do 25 de Abril que se realizaram em Oliveira do Hospital e que correram muito bem apesar do tempo adverso.

Quero salientar fundamentalmente, a data de 25 de Abril. Como democrata, como pessoa que também andou a “correr à frente da polícia” no anterior regime.

Esta data do 25 de Abril, tem para mim, como seguramente terá para muita gente, um significado muito especial.

Não foi neste espírito do 25 de Abril que estive, e eu penso que continuará a não estar, o espírito da fusão, agregação ou extinção das freguesias deste país.

A última reforma administrativa, se bem se recordam, durou até 1855 e foi feita na altura por homens inteligentes que levaram anos, décadas, desde que a iniciaram até que a terminaram.

Mas, esta gente que nós temos hoje no Governo querem fazer desaparecer uma grande parte das freguesias deste país.

Em fevereiro passado, ainda não tínhamos a lei, tínhamos aquilo que vinha de um “livro verde” que era bem mais gravoso do que é neste momento. E só não é tão gravoso porque durante este período, desde o livro verde até ao aparecimento desta proposta de lei, foram feitas grandes pressões a nível de todo o país, a nível de todos os autarcas, independentemente da sua cor política.

Só quem não esteve na grande manifestação em Lisboa e não viu aquilo que se lá passou!

Só o Governo desvalorizou essa grande manifestação que se calculou ter sido a maior manifestação pública desde o 25 de Abril.

Meus amigos, isto é uma expressão clara do sentido do povo deste país, o sentido dos autarcas responsáveis deste país.

Portanto, esta lei é má. Estes senhores meteram-se por caminhos e agora não sabem como é que hão de sair! E querem-nos dizer a todos que tem que ser. Meus amigos, não tem que ser, ou pelo menos não tem que ser desta forma, não pode ser a régua e esquadro!

Nós sabemos que isto está a ser feito a régua e esquadro mas se os autarcas responsáveis desta país levantarem a voz e disserem aos senhores do Governo: - Não! Os senhores não sabem o que estão a fazer!

Isto tem que ser dito pelas populações, isto tem que ser dito pelos autarcas, desde os municípios até às freguesias.

Eu subscrevi e assinei, juntamente com todos os Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Oliveira do Hospital, a Posição de Princípio sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, e subscrevi-a, por duas razões: Eu não sei se a minha freguesia vai ser extinta ou não?

Pela lei depreendo que não será, mas, pelos critérios do Livro Verde, era uma das que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava a abater.

Neste momento eu não sei!

Depreendo que não seja, mas não tenho certezas de nada porque com esta gente não há certezas de nada.

Veja-se agora o que se está a passar com Nogueira?

Em fevereiro passado, está escrito na ata desta Assembleia Municipal, fui eu, pela interpretação que fiz da lei - e não precisei de Advogados nem juristas, e penso que a minha interpretação não está errada! –

Fui eu que trouxe aqui a questão de Nogueira do Cravo e chamei à atenção.

Está público, está escrito! Por isso, se calhar, é que Nogueira se “levantou”, pensou e acordou!

Vamos pensar um pouco nisto! Ninguém nos obriga, nem nos pode obrigar, seja que Governo for, seja que Secretário de Estado for, seja que Ministro for, obrigar-nos aqui em primeira mão a “entregar já o ouro ao bandido”. Ninguém nos obriga a isso, nem nós somos obrigados a isso, está dito na lei.

A extinção das freguesias vai passar por um processo negocial. A Unidade Técnica se a Assembleia Municipal não apresentar nenhuma proposta irá apresentar e virá analisar a Oliveira do Hospital e irá propor, é o que lá está escrito na lei, irão propor a esta Assembleia Municipal que se pronuncie, segundo o parecer deles, quais serão as freguesias que eles entendem que serão extintas no concelho de Oliveira do Hospital.

E após isso, esta Assembleia Municipal, como diz a lei, irá pronunciar-se e poderá apresentar propostas noutro sentido. Está escrito na lei.

A minha opinião, se querem que vos diga é esta: Não devemos “entregar o ouro ao bandido” dizendo nós - Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital - queremos eliminar em Oliveira do Hospital, esta ou aquela freguesia...

Ninguém no obriga a isto! Nem nós temos que o fazer!

Estou solidário com qualquer Junta de Freguesia, que lhe queiram impor a sua extinção, já o disse aqui, na última Assembleia Municipal. A partir do momento, que vier a proposta, seja ela qual for, de eliminar seja que freguesia for neste concelho, eu serei a primeira pessoa a levantar-me do meu lugar e ir ali para fora porque não vou pactuar com esta lei.

Ainda falando nas Juntas de Freguesias, parece que, continua a incomodar a muito boa gente aquilo que este Executivo prometeu em campanha eleitoral, e está a cumpri-lo, a descentralização que fez das verbas para as Juntas de Freguesia.

Parece que continua a incomodar alguém essa questão! Inclusivamente, admitem vir a público dizer que há obras... - Meus amigos, Presidentes de Junta de Freguesia deste Concelho – será que vocês serão alguns incompetentes que andam a gastar dinheiro mal gasto? Andam a fazer obras mal executadas? Como é dito num Jornal desta terra!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Será que vocês não se indignam com isto? Eu indigno-me! Porque eu ando a fazer obras na minha Freguesia e se esse Senhor quiser ir vê-las que vá lá que eu mostro-lhe onde é que o dinheiro está aplicado.

Apresento como qualquer um de nós, conforme nos é exigido pela Câmara Municipal, onde é que nós gastámos o dinheiro.

Quando se “abre a boca” e se atiram “pedras”, é bom, ver-mos antes se temos “telhados de vidro”.

No passado não era assim, dava-se o dinheiro pela “cara” do Presidente da Junta, pela “cor política” e era assim, que as verbas eram distribuídas nesta concelho. Agora, não! Isto é feito de uma forma democrática, transparente discutida nesta sala com todos os Presidente de Junta, de uma forma aberta, todos dão opiniões, e sai um consenso é assim que as verbas são distribuídas.

E agora pergunto: Haverá alguma coisa mais democrática?

Haverá algum processo mais límpido?

Bom, esse Senhor, e toda a gente penso que já percebeu a quem é que eu me estou a referir, que esteja bem caladinho quando se refere a esta matéria, que olhe bem para dentro e que veja o que andou a fazer durante anos e anos, a prejudicar determinadas freguesias deste concelho, por sua alta recriação.

Não é isso que se passa agora!

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, mais uma vez eu vou questionar porque é um assunto que me preocupa:

O que é que se passa? Que diligências foram feitas?

Já em fevereiro aqui falei, das extensões de saúde de Avô e de Ervedal da Beira!

Já houve algum contacto desde fevereiro até hoje com alguém da Administração Regional de Saúde?

Escrevi uma carta em dezembro e até agora estou sem qualquer resposta! Nem que fosse a dizer, Não! ...

Isto é uma falta de respeito pelas entidades!...

Lombas?

Vêm aqui falar agora em lombas?!...

Então porque é que não falaram nas lombas de Oliveira do Hospital, que têm mais do dobro da altura, do que a grande maioria destas que estão a ser agora construídas?”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Cumprimento todos os presentes, em especial os Nogueirenses esta noite aqui



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presentes, certamente por uma boa causa.

Em primeiro lugar quero referir que, na última Assembleia Municipal, aqui nesta tribuna fui excessivo em alguns dos argumentos que utilizei durante aquele incidente, em que contestei a condução dos trabalhos por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apesar deste incidente não constar na ata, e não faço questão de que conste, mas, quero expressar aqui as minhas desculpas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a todos os presentes nessa Assembleia Municipal. Fui excessivo em alguns argumentos que utilizei.

Congratulo-me com as comemorações do 25 de Abril, feitas aqui no nosso Município.

A ensombrar “Abril” aí está mais uma ameaça de encerramento da escola que serve Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa e também a ameaça da constituição de mais um Mega Agrupamento de Escolas, aqui no nosso Município.

Trata-se de mais tentativas de dar cabo do ensino público, para amealhar alguns euros para transferir para o bolso de meia dúzia de banqueiros.

É esta a política deste Governo!

Apelo à solidariedade do Sr. Presidente da Câmara, da Assembleia Municipal e dos Oliveirenses, nesta luta que vamos ter que travar contra o encerramento das nossas escolas – também do Senhor das Almas e também de Travanca de Lagos - e também contra mais esta invenção deste Mega Agrupamento.

Congratulo-me com o cumprimento por parte do Sr. Presidente e da Câmara Municipal da recomendação aprovada nesta Assembleia Municipal, para ajuda aos pastores por causa dos problemas com a seca.

Vila Franca da Beira, esteve sujeita mais duas noites a um “apagão”. A EDP – Energias de Portugal, entretanto tem teorizado sobre as causas dos recorrentes apagões em Vila Franca da Beira. Apelo ao Sr. Presidente da Câmara que interceda para que se termine com esta novela em torno dos “apagões” e que a EDP como lhe compete, já que aumenta as faturas, embora diga que é para impostos, melhore a eletrificação pública a que o povo de Vila Franca da Beira tem direito.

Alerto aqui mais uma vez que, querem matar, de morte lenta, a ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão, e que não deixam nascer o troço do IC6, dentro do nosso Município.

Congratulo-me e saúdo aqui, a participação do Município de Oliveira do Hospital nas manifestações de três de março em Coimbra e de trinta e um de março em Lisboa, em defesa das nossas Freguesias.

Foi a oportunidade de dar a voz e a vez ao povo na defesa das nossas Freguesias, e o povo corresponde, é o povo que em última análise e ao longo da nossa história tem defendido a Pátria e tem defendido as nossas riquezas.

Ao longo da nossa história também sempre houve aqueles que se bandearam para Castela ou para outros lados e que depois acabaram por ser derrotados, a razão é como o azeite...



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fizemos e vamos continuar a fazer ouvir a nossa voz e a nossa razão aos nossos Governantes.

Neste e em outros casos também estamos a defender “Abril”. Recusamos aqui, e apelo para que continuemos a recusar aqui, ser não só os coveiros mas também os matadores das nossas freguesias.

O Governo e os partidos que o sustentam na Assembleia da República, meteram-se numa “alhada” “calçaram uma bota” e agora já não sabem como é que a vão descalçar. Para mostrar serviço às “Troikas”, de joelho e de servis dobrados, meteram-se nestes trabalhos e agora querem transferir para cima de nós aquilo que eles já não têm coragem de fazer.

Falta-lhes a coragem política, porque sabem que em outubro do ano que vem vai haver eleições Autárquicas e sabem que mesmo que acabem com as Freguesias não acabam com as populações e portanto querem que sejamos nós aqui ou alguns de nós a assumir o trabalho “sujo”, de matadores a soldo das nossa freguesias.

A soldo, porque quem aceitar fazer o trabalho “sujo” tem um bónus de 15% no orçamento.

Eu tenho dito, e vou repeti-lo aqui, que tenho a maior consideração e para mim é uma lição ver os eleitos do partido do Governo a assumirem e a “darem a cara” contra esta malfetoria que nos querem fazer às nossas Freguesias e aos direitos das nossas populações. Particularmente tenho feito e continuarei a fazer esse agradecimento e esse reconhecimento aos Presidentes de Junta eleitos por outros partidos e pelos partidos do Governo, que não merecem que esses partidos lhes estejam a fazer passar por aquilo que estão a passar. Não mereciam isso porque quem acaba por sustentar os votos eleitorais das direções desses partidos e dos senhores deputados e dos candidatos a deputados são, muitas das vezes os autarcas de freguesia.

Não mereciam pelo seu trabalho e até pela sua dignidade que estivessem a passar aquilo que as direções dos seus partidos os querem obrigar a passar, e por isso caros colegas Presidentes de Junta a todos em geral e aos do PSD em especial o meu abraço e o meu reconhecimento.

Vila Franca da Beira é certamente das Freguesias seriamente candidata a ser eliminada se isto for para a frente. Muita água já correu sob as pontes até agora e muita mais água vai correr até que a lei seja aplicada e não sabemos se a lei vai ser aplicada.

Isto é uma questão política. Se metade dos Municípios deste país disser não. Nós não queremos fazer o trabalho “sujo”, não queremos ser os matadores das nossas freguesias, venham cá vocês faze-lo. Se metade dos municípios tomar essa posição é uma grande derrota política para o Governo que vai ter que repensar o que anda a fazer. É isto que é preciso conquistar também.

Vila Franca da Beira é uma séria candidata a ser extinta, a freguesia tem vinte e quatro anos, esta lei de abate das freguesias é por assim dizer uma “lei Herodes”, de abate dos inocentes, é uma “lei Herodes” do século XXI.

Se Vila Franca da Beira for extinta eu não considero que a Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tenha aberto qualquer espécie de guerra a Vila Franca da Beira.

Não compreenderei que para salvar uma se venham agora a sacrificar quatro, nem eu nem ninguém quer isso,.

Eu sei que no PSD aqui em Oliveira do Hospital há quem que com clara azia revanchista esteja disponível para abater Vila Franca da Beira, mas devo dizer que foi o PSD de Oliveira do Hospital, que à vinte e quatro anos atrás criou a Freguesia de Vila Franca da Beira. E são pessoas que ainda estão vivas e que podem contar a história.

O PSD há vinte e quatro anos criou, hoje o PSD, pelos menos alguns querem “matar”, cada um que assuma então as suas responsabilidades porque os Vilafranquenses sabem os nomes de quem criou a Freguesia e ficarão a saber os nomes de quem a quiser matar. Isto não é chantagem, isto é assim, é a vida, e não pode ser de outra maneira.

Eu diria apenas que, nem “matadores” nem “coveiros” das nossa Freguesias.

Viva a unidade de todos os Oliveirenses. Viva as vinte e uma Freguesias do Município de Oliveira do Hospital.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Registo o pedido de desculpas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira.

Já estava a ficar preocupado porque efetivamente também li numa notícia há dias que afinal quem arranja aí as confusões é o atual Presidente da Assembleia.

Quando eu comecei a aparecer aqui por este salão nobre já muita gente e já muita coisa tinha secado à volta de algumas pessoas e não fui eu que num ato até interno me comportei como essa pessoa se comportou.

Porque achava que não era forma de se estar na política e hoje este gesto do Sr. Presidente de Junta de Vila Franca diz tudo e portanto contra factos não há argumentos, os atos e as afirmações ficam com quem as pratica.

Não fui eu que fiz o regimento, se quiserem ficamos cá o fim de semana todo, mas tem que se alterar o regimento, porque as leis são para cumprir, e os senhores elegerem-me para dirigir os trabalhos e para fazer cumprir a lei e portanto até que me digam que seja de outra forma eu comportar-me-ei segundo o mandato que os senhores me deram”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Quero cumprimentar de uma forma muito especial a população de Nogueira do Cravo, que está aqui presente.

Lagares da Beira, não está na lista da Freguesias a extinguir, mas de qualquer modo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre manifestei aqui a minha solidariedade com qualquer freguesia que estivesse na situação de possível extinção.

Mantenho essa posição e digo aqui que se esta Assembleia Municipal vier a votar aqui ou a indicar através de uma comissão ou de qualquer outra forma a indicação de alguma Freguesia para extinção eu ou saio da sala ou votarei contra.

Não vou pactuar com este tipo de situação de sermos nós próprios a “matar” as nossas freguesias.

A lei está criada quem a criou que a aplique e que daí tire os respetivos resultados.

Sr. Presidente da Câmara, a XXI Festa do Queijo de Oliveira do Hospital, foi um êxito, quem lá esteve e quem acompanhou verificou isso mesmo.

Havia algumas pessoas que diziam que o facto de passar a Festa do Queijo para o recinto da feira mensal, que iam matar a festa, mas parece-me que a Festa do Queijo foi relançada.

Penso que foi a maior festa de sempre, trouxe a Oliveira do Hospital milhares de pessoas.

Queria aqui referir os cerca de dois mil visitantes que estiveram na Festa do Queijo, nomeadamente a organização e o acompanhamento que foi dado a essas pessoas, que com os guias percorreram parte do concelho.

É das melhores publicidades, e promoções que se pode fazer ao nosso Concelho.

Para o próximo ano desejo que esses dois mil sejam multiplicados por mais e o nosso concelho só tem a ganhar porque movimenta a hotelaria, movimenta o comércio e é efetivamente uma mais valia para o nosso Concelho.

Foi uma Festa com dimensão nacional, e por isso queria deixar aqui uma felicitação ao Sr. Presidente da Câmara e a todo o executivo pela organização deste evento.

Nesta Festa do Queijo, o Sr. Presidente da Câmara anunciou um subsídio, aos produtores devido à seca que se vive, para minimizar os prejuízos que estão a ter.

Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos dissesse aqui se esses subsídios já estão atribuídos ou qual o ponto da situação.

Relativamente ao relvado do Complexo Desportivo de Lagares da Beira, este assunto já se arrasta a algum tempo, foi uma promessa eleitoral, e eu tenho a certeza que o Sr. Presidente da Câmara a vai cumprir.

Mais um ano está a findar nas Competições da Associação de Futebol de Coimbra, portanto, chegou a altura de pensar no que é que vamos fazer.

Lagares da Beira é a única equipa, como já referi noutras Assembleias, que está nessa competição que tem um campo pelado e isso limita muito os próprios atletas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Felicitó a organização da XXI Festa do Queijo, penso que foi um evento que dignificou o nosso Concelho.

Este ano houve melhorias, estava mais organizada até a tenda onde estão os queijeiros já começa a ser pequena, o que é um bom sinal.

É sinal que começa a haver muita gente. Em termos de expositores, se calhar tem que haver ali algumas modificações, tem que se dar prioridade aos expositores tradicionais e regionais.

Quero também aqui congratular-me com as comemorações do 25 de Abril porque já começa a ser preocupante quando algumas vezes com bastante influência, vêm para a televisão dizer que as comemorações do 25 de Abril já não têm razão de ser.

Isto é um motivo para nos preocuparmos todos porque caminhamos para aquilo que a maior parte não quer caminhar.

Quanto à extinção das Freguesias: A minha Freguesia não será extinta de acordo com o que estabelece a lei, mas se fosse uma possível freguesia a extinguir haveria muitas vezes a manifestarem-se contra.

Também desde o primeiro minuto que fui solidário com todos os Presidente de Junta, contra a extinção ou agregação das Freguesias.

É evidente que não vou abater duas, três ou quatro freguesias para salvar Nogueira do Cravo, desculpem, mas eu penso que devemos lutar para que Nogueira do Cravo e as outras Freguesias não sejam extintas.

No domingo também estive presente, fui solidário com Nogueira do Cravo, lutarei e estarei ao lado de Nogueira do Cravo para que a freguesia não seja abatida, mas, confesso que houve lá algumas coisas que não gostei muito de ouvir.

Remeter para a Assembleia Municipal e para os Presidentes de Junta que se nós não tomássemos medidas que seríamos nós que estávamos a levantar uma guerra contra Nogueira do Cravo!

Nós estamos aqui para lutar por Nogueira do Cravo e por todas as outras freguesias para que não sejam extintas e não me venham cá dizer que foi com aquela apresentação, que é ali um bocadinho da área urbana que está a cair em Nogueira do Cravo, que é por isso que Nogueira do Cravo vai ser extinta.

Nogueira do Cravo tem que reunir outros itens para ser extinta e nem é pelos mapas do INE. Eu não acredito que seja por aquele bocadinho, que Nogueira do Cravo vá ser extinta.

Também acredito que Nogueira do Cravo não vai ser extinta, porque se tivesse que ser extinta de certeza que todas as outras freguesias iam primeiro do que Nogueira do Cravo.

Vamos lutar para que Nogueira do Cravo não seja extinta e para que nenhuma das outras freguesias seja extinta.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Também me sinto preocupado com a reorganização das nossa Freguesias. São Gião é uma das Freguesias que poderá vir a ser extinta.

Quero dizer-vos que também da minha parte me sinto revoltado com esta lei. Fui eleito pelo PSD e sinto-me revoltado por ser esse partido que esteja neste momento quando temos tantos problemas sociais e económicos no nosso país e andamos aqui a discutir a extinção e agregação de freguesias.

Porque relativamente a algumas freguesias, aquelas mais urbanas, facilmente são extintas e agregadas mas aqui na nossa zona do interior tal não se passa.

Desde a primeira hora que estou solidário e tenho constatado que tem havido aqui um espírito de solidariedade e entre ajuda dos elementos municipais e também de todos os Presidentes de Junta nesta luta pela não extinção de qualquer freguesia.

Queria também ressaltar aqui um papel importante do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que também desde a primeira hora nos acompanharam em manifestações e ações de solidariedade e de manifestação para contra o encerramento das nossa Juntas.

Aqui vivemos problemas sérios porque nós não somos o litoral, nós somos o interior e esses senhores que fazem as leis têm que ter em atenção os critérios e têm que ser conhecedores das realidades das Freguesias e do que nelas existe.

Relativamente a São Gião e Alvoco de Várzeas, como aqui já foi dito também desde a primeira hora ouvi da parte da Câmara e do Sr. Presidente da Câmara que lutaria para que elas se mantivessem, como também todos nós queremos que elas se mantenham.

A minha Freguesia – São Gião - tem muitos lugares e hoje têm alguma dignidade enquanto lugares. Somos nós, todos os eleitos, que fazemos obras e vamos ali todos os dias trabalhamos damos a cara pelas pessoas ajudamos naquilo que podemos. Cabe-nos também a nós defendê-los, defender essas pessoas porque todas as freguesias têm identidade, todas as freguesias têm rosto, todas as freguesias têm história.

Será que a história foi esquecida?

Temos que nos manter unidos e solidários nesta luta contra a extinção e agregação das Freguesias.

Quero aqui deixar uma palavra de solidariedade ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Adelino, porque não é fácil, porque somos nós quando vamos à rua que damos a cara, e eu também não quero ser o coveiro da minha freguesia, vou lutar sempre por aquelas pessoas da minha freguesia que me elegeram para as quais eu trabalho no dias a dia.

Mas somos nós – Assembleia Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia - que vamos dizer que vamos acabar com São Gião? Que vamos acabar com Vila Franca? Que vamos acabar com o Ervedal?



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não! Que ninguém espere isso de mim.

Eu gostava que os senhores que têm poderes para decidir que ouvissem estas manifestações que hoje aqui foram feitas.

Quero deixar aqui dois alertas ao Sr. Presidente da Câmara: Qual a situação relativamente à rede de saneamento de São Gião - Bairro dos Machorros e da Rua Francisco Mendes Diogo. São dois aglomerados que agora com o verão e com o calor vamos ter problemas a esse nível. Eu sei que já há desenvolvimentos, mas gostaria de apelar ao Sr. Presidente da Câmara para que com a maior brevidade possível essas duas situações relativas ao saneamento em São Gião fossem resolvidas.

Também ao nível de abastecimento de água ao Parceiro - eu sei que já há alguma intenção da parte do Sr. Presidente da Câmara, nunca existiu essa vontade anteriormente, passou a existir agora - espero que seja uma realidade o mais breve possível.

As pessoas do Parceiro, aquelas cerca de setenta e cinco pessoas que ali residem têm também direito a ter água como tem a Moita, o Formarigo, e os Merujais.

Existe uma estrada que serve a freguesia de São Gião e de Penalva de Alva, que é a que liga a Carvalha à Malhada, a estrada que vem ao cemitério da Carvalha. É uma estrada que tem muito movimento, passa por ali muita gente.

Apelo aqui, ao Sr. Presidente da Câmara, para que a estrada seja alcatroada porque de facto passa por ali muita gente.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Francisco José Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e seu executivo pelo evento evocativo e comemorativo do 25 de Abril realizado aqui em Oliveira do Hospital, e que desejo que se repita por muitos e longos anos.

Perante a crise que se vivia em Portugal de vários tipos, mas principalmente por falta de liberdade individual, há 38 anos, uns quantos Militares resolveram pegar nas armas para libertar os portugueses da ditadura e para devolver a todos essa mesma Liberdade.

Hoje, em Portugal, vivemos uma discreta ditadura, mas forte na sua serviçal atitude de defesa dos interesses dos grandes grupos de direita fascista que dominam e controlam os mais variados setores, como sejam na saúde, na banca ou empresarial, e que todos os dias vai destruindo um bocado do que Abril conquistou, retirando direitos aos cidadãos e retirando deveres aos grandes interesses.

É certo que vivemos uma gravíssima crise económica em Portugal, agravada pela crise económica mundial, o que não pode servir, como tem servido, como desculpa para este Governo (que é da mais convicta tecnocracia que podemos conhecer) atacar os direitos dos trabalhadores, dos aposentados, dos mais desfavorecidos, para servir os maiores interesses dos tais grupos económicos que lhe são próximos, não querendo saber se com a sua atuação exacerbadamente austera, agrava a pobreza e a exclusão social.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, esta é sobretudo uma crise do Homem. Do alheamento, do desencanto, do desespero, e numa crise de valores a democracia está sempre em risco.

Meus caros amigos, a Social Democracia não é representada pela linha que orienta o atual Governo de Portugal.

As medidas e os sacrifícios impostos pelo atual Governo aos cidadãos portugueses, há muito que ultrapassaram os limites do aceitável.

Neste momento a maior parte dos cidadãos já “bateu no fundo” não tendo sequer os mínimos exigíveis para garantir um bem estar condignos com a condição da pessoa humana.

A forma como este governo tem atuado desde a sua tomada de posse, é um ataque vil aos ideais e valores de Abril.

Por isso, volta a ser prioritária uma generalizada mobilização dos cidadãos e das instituições em geral na luta dos valores de Abril, para que as crescentes desigualdades económico-sociais e culturais comecem a caminhar para um esbatimento, onde deixe de existir o atual e crescente fosso entre uma meia dúzia de milionários e uns milhões de pobres.

Como ouvi nas comemorações do 25 de Abril, os problemas da democracia, resolvem-se com mais democracia, e essa só se consegue quando o povo vive em igualdade de oportunidades, direitos e deveres.

Cada povo tem os governantes que merece, era esta uma verdade que eu tinha como *Lapaliciana*, mas garantidamente hoje em Portugal, o nosso povo não tem os governantes que merece, mas sim os que enganosamente escolheu.

Cada vez mais temos que continuar a lutar e a consolidar o 25 de Abril.”

Foi dada a palavra ao Sr. Eng^o. Rafael Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Quero fazer um cumprimento especial aos habitantes da Freguesia de Nogueira do Cravo aqui presentes e dizer que também estou solidário com todos os Nogueirenses.

Felicito o executivo pela realização da Feira do Queijo, realizada no passado mês de março, verificamos que este evento tem crescido tanto em dimensão como na adesão dos Oliveirenses ao longo dos últimos anos, o que registamos com muito agrado. Esperemos que este evento seja uma alavanca para esta atividade e que constitua uma marca para a região e para todo o concelho de Oliveira do Hospital.

Lançava aqui um desafio ao Sr. Presidente da Câmara: Faça deste evento uma marca, um símbolo para Oliveira do Hospital, para que as pessoas a nível nacional consigam de facto associar esta marca ao concelho de Oliveira do Hospital.

Gostaria de congratular a Quinta do Forninho e a Quinta da Moenda que conquistaram recentemente a distinção “Chave Verde” da Associação de Bandeira Azul da Europa, e deste modo passam a fazer parte do “Roteiro Europeu de Unidades Chave Verde”, por manterem boas práticas ambientais.

É também deste exemplos que o concelho de Oliveira do Hospital necessita para gerar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valor económico.

O turismo sustentável de qualidade e diferenciador é uma área de futuro para o qual devemos incentivar os nossos empresários do ramo dos turismo.

Quanto a questões energéticas:

Gostaríamos de saber, Sr. Presidente, que medidas energéticas estão a ser tomadas neste campo?

Que programas estão em curso e o que tenciona por em prática como forma de, por um lado, reduzir a fatura energética do município que pesa bastante no orçamento anual, mas também como forma de, antecipar e de ir ao encontro com as obrigações previstas no pacto dos autarcas que visam superar os objetivos da União Europeia para reduzirem 20 % da emissões de gases com efeito de estufa entre as comunidades locais?

Um outro ponto tem a ver com o aumento de casos de carência em Oliveira do Hospital que tive a oportunidade de referir na última Assembleia Municipal.

Perguntava relativamente a este assunto ao Sr. Presidente da Câmara sobre o que foi reivindicado junto do governo mais precisamente junto do Ministério da Segurança Social e do Senhor Secretário de Estado Marco António da Costa para lançar também em Oliveira do Hospital à semelhança do que está a acontecer em outros concelhos do país o Programa das Cantinas Sociais que fornecem refeições gratuitas ou a preços simbólicos a todas as famílias carenciadas.

Outro assunto que gostaria de trazer aqui ter a ver com o estacionamento subterrâneo, designadamente o silo automóvel do centro da cidade.

Para quando e que tipo de modelo de gestão está a pensar para aquele espaço?

Gostaria ainda de lhe perguntar:

Para quando e de que tipo de alternativas de estacionamento está a ponderar construir na cidade para ir de encontro às suas pretensões, que são públicas, de introduzir os parquímetros no centro da cidade?

Também queria saber sobre os progressos relativamente ao processo da nova sede para os Escuteiros.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Adelino Henriques, que fez a seguinte intervenção:

“Agradeço à população de Nogueira do Cravo por terem vindo a esta Assembleia Municipal, para ouvirem o que se está a passar sobre a extinção de Freguesias mais concretamente sobre Nogueira do Cravo.

Eu também queria dizer-vos o seguinte:

Na última Assembleia que apresentaram aqui uma moção sobre a extinção de Freguesias eu subscrevi-a. Hoje ao aparecer aqui também outra moção eu também a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

subscrevi.

Porque não ficaria bem com a minha consciência e isso quero-vos dizer e vocês depois farão o vosso juízo, mas não ficaria bem com a minha consciência se não votasse também se no primeiro era Nogueira que era das maiores freguesias e não seria para extinguir e seria até para agregar mais algumas freguesias a ela e eu estava de acordo agora que sinto na pele aquilo que se está a passar também não ficaria bem se não estivesse solidário com os colegas, a razão porque a subscrevi.

Assumo perante todos vós.

Eu não me vou alongar sobre a Freguesia de Nogueira do Cravo se é injustiça ou se não é injustiça, todos nós sabemos que sim e até muitos aqui já manifestaram a sua solidariedade para comigo.

Agora, há uma coisa que eu não posso deixar de realçar, a Freguesia de Nogueira do Cravo, realmente é a segunda maior Freguesia do Concelho de Oliveira do Hospital, pelo peso que tem politicamente. Por isso é que, se calhar, andamos aqui todos a “badalar” este assunto.

Porque se Nogueira do Cravo, se o Presidente do Executivo da Freguesia de Nogueira do Cravo, que sou eu, o Presidente da Assembleia de Freguesia e os meus colegas e mais algumas forças vivas nos sensibilizássemos para o problema que poderia estar a acontecer, se calhar todos estávamos aqui a discutir outras coisas e não as extinções de Freguesias propriamente ditas como Nogueira do Cravo. A razão é muito simples é só essa.

Não nos vamos calar!

O Executivo e o Órgão Deliberativo da Freguesia de Nogueira do Cravo por unanimidade escolheram o Dr. Nuno Freixinho. Não foi por ser do partido A ou do partido B - nem sei se ele é ou não é filiado ou é apartidário - escolhemos o Dr. Freixinho por uma razão muito simples: É Nogueirense, vota em Nogueira do Cravo, tem as suas “raízes” em Nogueira do Cravo e porque mais que ninguém sentiria na pele o que era uma extinção da Freguesia como é Nogueira do Cravo.

Eu não me vou alongar sobre a minha Freguesia deixaria isso para a apreciação do Dr. Nuno Freixinho, foi para isso que nós o contactámos.”

Seguidamente, interveio o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Venho hoje manifestar o meu descontentamento, e mesmo repúdio, pela forma e pelo momento que o governo escolheu para fazer a avaliação dos prédios urbanos.

O governo, a meu ver, está a asfixiar a economia, está a asfixiar os contribuintes as pequenas e médias empresas, está a aumentar o desemprego e prepara-se agora para asfixiar definitivamente os proprietários dos prédios urbanos, o que em minha opinião, vai ser a machadada final e que vai levar a população a reagir, eventualmente através de convulsões sociais.

Eu tive um professor de Direito, quando eu estudava o direito de propriedade, que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse que *“as pessoas se esquecem mais depressa de quem lhes mata o pai do que quem lhes rouba um metro quadrado de terreno”*.

O governo ao avaliar as casas exatamente no momento em que não o devia fazer e ao avaliá-las exatamente pelo dobro do valor, vai levar a problemas gravíssimos.

Eu dou-vos um exemplo de um caso concreto que tenho aqui de um prédio deste concelho.

Um prédio com dez anos tinha um valor patrimonial tributário de cinquenta e sete mil euros, passou a ter um valor tributário de cento e catorze mil euros.

Pagava trezentos e setenta e cinco euros, vai passar a pagar setecentos e cinquenta euros, isto é passa de trezentos e setenta e cinco euros para setecentos e cinquenta euros de IMI exatamente o dobro, peço-lhes que pensem nesta atitude do Governo.

A lei foi feita quando o valor dos imóveis estava em alta, antes da crise, depois em dois mil e oito ou a partir de dois mil e oito nós começámos a ver os prédios à venda por todo o lado, com o valor de venda, cada vez mais baixo.

O governo desencadeia a avaliação geral dos prédios sem considerar esta descida, e avalia os imóveis, por valores superiores aos que eles tinham antes de dois mil e oito, no período em que eles valiam mais.

Isto é uma burla!

O Governo tinha a obrigação de adequar os coeficientes com que é calculado o valor patrimonial tributário.

Há uma série de coeficientes que estão no artigo 37.º e seguinte do Código do IMI, nomeadamente o coeficiente valor base dos prédios que corresponde ao custo médio de construção por metro quadrado que aparece nesta lei como sendo o mesmo de dois mil e sete.

Isto é: Os prédios que valessem por exemplo cem mil euros, hoje não se vendem nem por cinquenta mil, e o governo continua a considerar que eles valem cem mil euros.

Conclusão: Um prédio urbano que em dois mil e cinco tivesse um valor patrimonial tributário de valor de mercado sessenta mil euros hoje valerá por exemplo quarenta e cinco mil euros, sendo já de alguma forma indulgente, porque como sabem mesmo pelo valor trinta por cento a menos não se vendem e é avaliado pelo governo por cento e quinze mil euros, portanto isto parte de um caso concreto que eu tenho aqui e que posso exhibi-lo.

Quero alertar a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, porque daqui a um ano pode haver necessidade de promover sessões públicas nas freguesias, explicando o que se passou.

As pessoas não vão reagir agora!

Ao receberem a notificação da avaliação as pessoas vão reagir, a partir de março do próximo ano, quando receberem a notificação para pagarem o IMI, pelo dobro. A reação não será menor, a meu ver, do que esta que está neste momento a aparecer em relação à extinção ou agregação das Freguesias.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oxalá me engane com este meu prognóstico, mas como disse, fica um grito de alma, que parte de um exemplo concreto.

Ainda em relação ao IMI ou à proposta de IMI, queria trazer aqui uma outra questão que é a forma como vão ser pagas estas avaliações.

Mais uma habilidade do Governo!

Esta avaliação ou estas avaliações vão ser pagas com dinheiro retirado às autarquias.

A Portaria nº 106 de 2012, de 18 de abril, no artigo 2º. diz: *“É afeta às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, uma verba de 5 % da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012.”*

O que é que isto quer dizer: O Governo vai retirar às Câmaras, a despesa com a avaliação dos prédios urbanos, se quisermos, os funcionários da Direção Geral dos Impostos passam a ser pagos com dinheiro que pertence às Câmaras Municipais.

Isto é inaceitável! E o Governo fá-lo de uma forma perfeitamente capciosa.

Ainda que se admitisse que as Câmaras é que devem pagar a avaliação das casas, o que eu não admito, porque os trabalhadores dos impostos é que o devem fazer.

O Governo cobra já cinco por cento da receita de dois mil e onze, quando as Câmaras Municipais não vão beneficiar em dois mil e onze do aumento do IMI relativo à avaliação.

O Governo já está a retirar em dois mil e onze às Câmara Municipais aquilo que elas eventualmente virão a receber em dois mil e treze.

Penso que a crise e o acordo com a Troika, não pode justificar estas habilidades financeiras. E deixo aqui esta queixa.

As verdades às vezes doem. As pessoas às vezes dizem, não venham para cá com as teorias destruir os meus números.

Eu acho é que é preciso ver é que os números não são destruídos com teorias.

Numa das últimas Assembleias fez-se aqui uma citação minha sobre uma afirmação que eu tinha feito há dois ou três anos a respeito da construção de estradas.

Não quis responder na altura e fui ver onde é que me tinha enganado, o que não seria inédito, porque temos um primeiro ministro que, antes de o ser, disse que *“não aumentaria impostos e era um disparate retirar o décimo terceiro e o décimo quarto mês”*. Também eu tinha direito à mentirita, mas parece que neste caso ainda não me enganei porque o que é curioso é que eu verifiquei o seguinte:

Das estradas que eu referi, que foram aqui referidas, parte delas estão construídas em exploração, outra parte o Governo atual prosseguiu a construção delas e as restantes, muito poucas, ficaram já com projetos, não com intenção, projetos elaborados, a maior parte delas com área de implantação, estudo de impacto ambiental, algumas até já em fase de apropriação de terrenos.

Portanto eu quando falei aqui tinha a informação da Secretaria de Estado dos Transportes não era informação tirada dos jornais nem eram “bocas” que eu estava aqui a lançar para o ar.

Portanto podemos confirmar isto, via a via, estrada a estrada se o quiserem.

Mesmo em relação à continuação da construção do IC6 e IC7, ficou já muito trabalho feito. Agora é preciso é fazer a estrada, não é “rosa” nem “laranja”, como disse aqui o Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vice-Presidente na última sessão da Assembleia Municipal, façam o que está por fazer!

Quanto à intervenção que me foi dirigida nessa sessão da Assembleia Municipal, sem ironia, saúdo-a.

As intervenções da oposição são positivas. A oposição é para se fazer aqui, falando, em vez de se murmurar na plateia ou de se fazerem os comentários no on-line a coberto do anonimato.”

Foi dada a palavra ao Sr. João Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Não era minha intenção vir falar sobre a extinção das Freguesias e a Reorganização do Território, no entanto eu acho que devo ter uma posição e devo dizer abertamente aquilo que o PSD pensa sobre este assunto.

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente uma moção contra a extinção de qualquer Freguesia aqui no Concelho.

Mas, hoje os parâmetros são diferentes.

Se a lei entrar em vigor, achamos que nos devemos pronunciar sobre ela, numa Assembleia Extraordinária, que para o efeito deverá ser convocada, como já o defendi aqui na última Assembleia Municipal.

Este debate que tem que ser feito por nós, não devemos deixar que venham outros fazer aquilo que temos a obrigação de fazer. Temos obrigação de fazer porque a lei ainda não foi publicada e não sabemos se ela vai ser promulgada ou não.

Foi só aprovada no parlamento mas não sabemos se a lei vai entrar ou não em vigor.

Se a lei sai, não podemos estar fora da lei. Temos que fazer, em meu entender, o que estiver contido na lei.

Não podemos dizer que não fazemos nada. Se deixarem correr normalmente e sem tomar qualquer posição sujeitamo-nos a que a extinção seja feita sempre com o prejuízo das populações.

Tirando as considerações emocionais, que foram aqui feitas, e eu concordo plenamente porque as pessoas vêm defender as suas freguesias, também estou de acordo com aquilo que aqui foi dito, mas acho que estamos aqui a minimizar.

Nesta assembleia deu-me a sensação que a única freguesia que vai ser extinta aqui no concelho de Oliveira do Hospital, é Nogueira do Cravo.

Mas além desta freguesia, em meu entender, já estive a ver a proposta de lei que foi votada, eu acho que não está contemplada a freguesia de Nogueira do Cravo, nesta lei.

Em meu ver, a freguesia não vai ser extinta, porque não está contemplada, apesar de dizerem que se baseiam nas fontes do INE - Instituto Nacional de Estatística.

A lei não fala em ir buscar essas fontes ao INE, quando andaram a fazer os Censos, portanto ela não se baseia nos Censos, mas baseia-se noutros parâmetros que estão bem definidos na lei por isso acho que devemos ter um debate sério aqui na Assembleia Municipal, não num ponto antes da ordem do dia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Entendo que, devemos ter um debate sério aqui na Assembleia Municipal, que é o lugar próprio para isso ser discutido, se assim o entenderem.

É esta a minha tomada de posição e eu queria que ficasse aqui vinculada.

Não sou a favor da extinção de nenhuma Freguesia, mas face à lei que vier a ser promulgada acho que é de interesse desta Assembleia Municipal debater essa lei e debater os parâmetros que estão nela contidos para ver qual a solução que podemos aqui arranjar.

Não sei quantas freguesias é que poderão vir a ser extintas. Há quem diga que são quatro ou seis freguesias, eu não faço ideia!

Aqui na Assembleia Municipal até podemos propor e arranjar um consenso em que não se extinga nenhuma se for caso disso. Até pode ser que aceitem!

Portanto isso é uma coisa que nós poderemos aqui fazer.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Eu acho que *“o pior cego não é aquele que é cego é aquele que não quer ver”*.”

Andarmos aqui a inventar coisa que não são realidades, dizer que uma lei que foi aprovada não vai ser promulgada...

O Sr. Presidente da Republica tem promulgado leis que não são do conhecimento de ninguém e em dois dias promulga-as. É para nos ir ao “bolso”, talvez seja uma coisa diferente!

Aqui nesta Assembleia, quando eu era oposição, fazia aqui dois papeis, fazia o papel de não dizer bem da Câmara mas também fazia o papel de dizer bem da Câmara.

Hoje as pessoas vêm para aqui pedem uma estrada, saneamento, ruas...

Há que reconhecer o bem que a Câmara tem feito.!

Este é o fórum para dizer: *“Sr. Presidente eu preciso lá de um caminho, preciso de uma estrada ou preciso do saneamento”*.

Estou completamente de acordo, mas também há que reconhecer tudo o que tem sido feito neste mandato até agora.

Eu fico estupefacto por não reconhecerem o que tem sido bem feito por este Concelho, por esta Câmara e por todos os que colaboram com a Câmara.

Ainda hoje sinto os aromas do queijo e dos enchidos!

A Feira do Queijo de Oliveira do Hospital foi um sucesso imenso.

Vou dizer-vos o que senti: Comprei queijo e enchidos aqui na Feira do Queijo, e digo-vos que as vendas foram excepcionais. Acho que os vendedores que estavam na Feira do Queijo tiveram excelentes vendas, porque a qualidade é tão boa!

Parabéns à Câmara Municipal, aos Oliveirenses e a todos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Há outro cheiro que eu sinto hoje aqui: É o cheiro dos Cravos de Abril!

Quero reconhecer também, e dar os parabéns à Câmara, enfatizar todo o trabalho que foi feito para assinalar as comemorações do 25 de Abril.

Ao meu amigo, companheiro e camarada, Dr. Rodrigues Gonçalves, pelo livro que editou, e aproveitando o evento do 25 de Abril, associado também à Feira do Livro de Oliveira do Hospital, sobre “A Vila de Avô, os Concelhos e a História de Portugal” quero também agradecer e dar os parabéns pela grandiosa obra.

Quanto às Juntas de Freguesia: Se lerem o memorando da Troika, que por acaso tenho aqui, uma das coisas que fala é sobre reformular as Freguesias.

Mas o memorando da Troika, fala muito mais do que reformular freguesias. Eu nem quero falar em extinguir...

O memorando da Troika fala de outra coisa que é reduzir o número de serviços concentrados a nível dos Ministérios.

Eu pergunto a todos:

Qual foi o serviço que foi extinto até hoje ou que foi reformulado?

Eu não conheço nenhum!

Deixo aqui, naturalmente, esta dica....

Há aqui também uma preocupação que eu não percebo!

Dou os parabéns ao meu amigo, Sr. Prof. Fabrício, penso que o posso considerar assim.

Veio aqui fazer uma intervenção, normalmente está naquele lugar, mas hoje veio aqui fazer uma intervenção, o que eu acho positivo.

Essa das lombas!..

Por amor de Deus!..

Cultura cívica existe mais nuns países do que noutros. Há lombas em todo o lado, há obstáculos para reduzir velocidade em todo o lado.

Há uma coisa que eu concordo com o Prof. Fabrício. Reduzimos as lombas mas é as do nosso corpo, porque realmente essas não ficam bem!

Quanto aos incêndios, acho que o Sr. Presidente da Câmara irá responder a esta questão dos incêndios.

Incêndios por negligência, naturalmente que o Sr. Presidente da Câmara interveio e bem, como é seu apanágio, mas os incêndios são da competência dos Tribunais e são os Tribunais que julgam as pessoas e que as mandam ou não pagar penas ou até prender, não é competência do Sr. Presidente da Câmara naturalmente.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais uma questão que queria colocar: Acho que andamos preocupados com esta questão das Juntas de Freguesia. Não sei se é ou não um “*fait divers*” deste Governo? Provavelmente é!...

É para nos distrair a todos, de outras coisas que vão ser “deitadas cá para fora”.

Há coisas que me preocupam seriamente e uma delas é que a dívida no primeiro trimestre e as contas do primeiro trimestre da execução orçamental do Governo Português são terríveis e devem-nos preocupar a todos.

Isso é que deve ser a nossa grande preocupação, porque infelizmente, estamos muito mal neste país, neste momento. É aí que nos devemos focalizar e ver o que é que está a acontecer a este país!

Sr. Presidente da Câmara, ouve-se falar dos Mega Agrupamentos.

Tem andado aí na comunicação social a questão dos Mega Agrupamentos. O Governo, as Direções regionais e basicamente a Direção Regional do Centro também andam a falar sobre isto, mas a informação que nos chega não é totalmente esclarecedora.

Naturalmente, este Governo já não chama “*Mega Agrupamentos*”, chama “*Agregação de Unidades de Gestão Escolares*”, e também já não chama “*Comboio de Grande Velocidade*” mas “*Comboio de Velocidade Elevada*”.

O Governo, o “*Comboio de Grande Velocidade*” não quer! Mas, o “*Comboio de Velocidade Elevada*” já quer!

Agora não quer Mega Agrupamentos mas quer Agregação de Unidades de Gestão Escolares, quer dizer é a mesma coisa chamada de outra maneira.

Perguntava-lhe Sr. Presidente: Qual é a posição aqui do Concelho de Oliveira do Hospital? Qual a posição desta Câmara Municipal? Qual o caminho que vamos seguir para o futuro?

Por último, quero referir-me às Medidas Energéticas: Este assunto já foi abordado, e bem, por um Deputado nesta Assembleia Municipal. Penso que essas medida energéticas, naturalmente, que estarão a ser tomadas.

Falar em Cantinas Sociais!..

Não fale nisso! Não traga isso para esta Assembleia!

Sopa dos Pobres Não! Nunca mais!”

Seguidamente, interveio o Sr. Rui Abrantes, que fez a seguinte intervenção:

“Não é querer responder aqui ao meu antecessor, ao orador antecessor, mas por vezes dizemos bem e hoje é dia de dizer bem.

Sem dúvida, a Festa/Feira do Queijo foi um sucesso. É um evento extremamente bem organizado. Já no ano passado, tivemos a oportunidade de o dizer aqui, alertando para uma situação ou outra que até foi tida em conta. É apanágio do Sr. Presidente da Câmara, que vai



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ouvindo e vai registando e utilizando também algumas ideias, desde que boas, que lhe vão aparecendo e há que registar isso. E quando é assim temos que registar e dar os parabéns.

Sem dúvida que é um evento extremamente bem organizado.

Há aqui dois ou três reparos, se me permite, mas sempre numa perspetiva positiva.

Parece-me que o programa é demasiado preenchido. De quarto em quarto de hora há uma atividade; Para o próprio visitante por vezes é difícil estar em dois pontos da feira ao mesmo tempo. Não era displicente, fazer aqui uma redução.

Gostaria também de dar os parabéns acerca da ideia do Queijo Convidado, pareceu-nos boa. Foi positivo. Registamos que estava um pouco abandonado, ali um bocadinho posto de lado, acho que devia ser promovido. Se estamos, através da Festa do Queijo de Oliveira do Hospital, a promover, por exemplo neste caso, o queijo de São Jorge, era importante que eles tivessem trazido uma Delegação e que eles próprios, os produtores ou uma Associação de Produtores do Queijo de São Jorge tivessem feito essa divulgação, no entanto é de registar essa ideia, é positiva.

No que diz respeito às tais duas mil pessoas que vieram em viagem organizada em colaboração com a Câmara Municipal, sem dúvida que é uma aposta ganha. Foi, sem dúvida, muito bem organizada ao nível dos guias.

Não querendo “pegar”, mas nos dias que correm é uma coisa importante. Qual o custo disto tudo?

Já lá vai um mês e pouco, com certeza que o Sr. Presidente nos poderá dar uma ideia mais ou menos de quanto poderá ter custado a feira para termos uma ideia. Se houve aumento ou até diminuição em relação ao ano passado? Parece-nos importante também referenciar isso.

Queria também questionar o Sr. Presidente sobre os Mega Agrupamentos e da tal solução que o Sr. adivinha realizar para o próximo ano.

Qual é essa tal solução?

Dar os parabéns à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, que no passado dia 25 de Abril, homenageou um poeta da nossa terra o falecido Manuel Cid Teles, com uma obra extraordinária!

Já não vou falar da requalificação daquela zona, que não é muito significativa, apesar de notória, vê-se a obra, sem dúvida! Mas, um pequeno reparo - não podia deixar de ser!

Aquela “caixa técnica”, aquela “caixa elétrica”, não está ali muito bem, provavelmente os engenheiros é que a puseram lá, naturalmente não foi o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, mas sem dúvida, a peça está espetacular, os meus parabéns!

E depois como o João Dinis vem sempre falar de umas coisas eu se calhar também venho sempre falar do Café Central.

O Café Central; Aquilo foi um buraco, está a ser um buraco novamente; O Sr. Presidente da Câmara, e muito bem, na altura com toda a celeridade abriu o processo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concurisal depois houve o que houve. Qual é o ponto de Situação?

É uma pena! Já lá vão quatro meses, talvez três meses e tal, e aquilo continua fechado. É uma pena! Os dias têm sido bons. Veem-se lá dezenas de pessoas ao domingo à tarde e ao sábado. É uma pena!”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Lajeosa, Sr. Paulo Sérgio, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui responder ao Sr. Deputado desta Assembleia, Prof. Fabrício, relativamente ao assunto da lombas colocadas na Malhadoura na minha Freguesia da Lajeosa.

Venho aqui dizer que felizmente desde que foram colocadas as lombas não há registo de qualquer acidente.

Também as lombas, legalmente colocadas, nas zonas dos restaurantes, antes do entroncamento da Lajeosa, permitem mais segurança rodoviária.

Mas ainda assim, não é suficiente para evitar acidentes. Como o que ocorreu ontem e que poderia ter sido fatal.

O que seria se não existissem quaisquer lombas naquele local?

Quais são então as soluções que o Sr. Deputado aponta para resolver este problema?

Queria aproveitar para pedir ao Sr. Presidente da Câmara, que arranjasse uma solução para a colocação de esgotos na zona do Viso, na Lajeosa.”

Interveio, depois o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Solicito ao Sr. Presidente da Câmara que seja “telegráfico”. Registo hoje com agrado que falaram nesta sessão da Assembleia Municipal dezanove pessoas. Afinal nós sabemos ser organizados e sabemos cumprir a nossa missão e há entendimento quando queremos.”

Terminadas as intervenções dos Deputados da Assembleia Municipal no período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Quero fazer, hoje, uma saudação muito especial ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo, ao Sr. Dr. Alex Kaluza e a todos os elementos que constituem a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, à Sra. Prof.^a Anabela, e ao Sr. Luís Nina, e cumprimentava também todos os Nogueirenses aqui presentes.

Sobre o problema da Reorganização Administrativa Autárquica, sempre tive uma posição clara e sem me esconder.

Desde o início que este processo se adivinhou complicado.

Fui um dos homens que numa reunião sobre o Livro Verde, do Conselho Regional do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Centro, onde somos setenta e quatro Presidentes de Câmara, disse ao Sr. Secretário de Estado o que pensava sobre aquele Livro Verde.

Defendi isto: Defendi eu e defenderam muitos, mas foram muitos, Presidentes de Câmara do PSD.

Houve um Presidente de Câmara - é nosso vizinho, é Presidente do Conselho Regional do Centro, é o Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal de Gouveia - que disse uma frase, já depois de eu ter falado, “*Sr. Secretário de Estado, estou de acordo com o Sr. Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital*”.

Eu e o Sr. Secretário de Estado tínhamos estado num confronto, eu com as minhas ideias e o Sr. Secretário de Estado com as dele, e o Presidente do Conselho Regional do Centro, que é o Presidente da Câmara Municipal de Gouveia, disse uma coisa que é realmente brilhante: “*sabe Sr. Secretário de Estado, eu não vou sofrer por antecipação, nem vou dizer isto aos meus Municípios, não estou para sofrer isto por antecipação porque eu acredito que isto vai levar uma volta, porque também não concordo com isto e não estou para andar a pôr as minhas Juntas de Freguesia com este drama, com esta angústia. Se acabam ou não acabam? Eu nem falo disto a ninguém lá na minha terra*”.

Isto para dizer que este é um problema realmente mal resolvido.

Tive algumas reuniões com o Sr. Secretário de Estado, onde falámos sobre este assunto da extinção ou agregação das freguesias.

Parece-me que este problema das Freguesias e o problema de Nogueira do Cravo foi criado aquando da realização dos Censos de 2011, devido aos critérios utilizados.

O que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge aqui disse é muito importante e é absolutamente verdade.

Ele disse que “*houve uma reunião aqui a quando da preparação para os Censos de 2011*” – eu não estive cá, mas estiveram cá os Serviços Técnicos da Câmara – para se efetuar a divisão das freguesias em pequenas áreas estatísticas – secções e subsecções estatísticas.

Quando se fizeram as subsecções estatísticas que eram precisas fazer estiveram cá os Presidentes de Junta do nosso Concelho. Não sei se o Sr. Adelino, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, esteve nessa reunião ou não?

O Sr. Dr. Nuno Freixinho, com certeza falará nisto, mas eu leio o que está neste documento do INE, “*Delimitação dos lugares - A delimitação dos lugares, foi efetuada e validada em conjunto com as Autarquias Locais (Municípios e Freguesia) no âmbito da construção da BGRI 2011*”.

Aquelas delimitações foram feitas para os Censos, nunca ninguém disse que tinham a ver com as delimitações das Freguesias.

Há aí quem diga que a entrada do lugar urbano na Freguesia de Nogueira do Cravo, resulta de um erro técnico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Isto é um disparate, é uma mentira! As pessoas sabem que é uma mentira. Mas dizem-no e afirmam-no! E para quê?



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para uma coisa muito simples: passar o odioso da questão para a Câmara Municipal, como que seja o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital quem faz a lei ou que tivesse tido alguma influência.

Quero dizer a essas pessoas o seguinte: - *“Não, a Câmara Municipal não tem nenhuma responsabilidade nesse disparate”*.

E diria mais, há igual problema em Seia e São Romão e também noutros concelhos.

Será que também foi um erro técnico da Câmara de Seia?

Foi um erro técnico da Câmara de Santa Comba?

Vão à página do INE e vejam.

Por isso meus caros amigos, não há aqui nenhum erro técnico.

Sou Presidente do Município e tenho um orgulho imenso nas vinte e uma Freguesias deste Concelho. Independentemente das nossas ideias políticas, trabalho com todos os Presidentes de Junta da mesma forma e todos os Presidentes de Junta podem testemunhar se é verdade ou não?

Por isso a minha posição, é contra a extinção de qualquer Freguesia.

Ainda sobre a lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, gostava de dar aqui uma palavra ao Sr. Deputado, João Esteves, que diz que: *“se a lei entrar em vigor, achamos que nos devemos pronunciar sobre ela, numa Assembleia Extraordinária, que para o efeito deverá ser convocada”*.

Não concordo com o Sr. Deputado e vou dizer-lhe porque é que não concordo: Mesmo que a lei seja publicada, a Assembleia Municipal tem noventa dias para se pronunciar. Mas podemos antecipar-nos à lei e na Assembleia Municipal de Junho poderia haver um ponto próprio para discussão deste assunto. E em vez de o discutirmos à noite discutimo-lo durante um dia inteiro se for necessário.

Eu desafio o Sr. deputado João Esteves e desafio o PSD de Oliveira do Hospital: Se entendem que temos que entregar algumas freguesias, digam aqui a estes Presidentes de Junta quais são as freguesias que vocês querem acabar.

Vocês têm que ter essa coragem!

Se é essa a vossa proposta têm que assumir e dizer: - O PSD de Oliveira do Hospital quer esta e quer esta freguesia.

Mas aconselho-vos a fazer outra coisa: Digam às pessoas que têm responsabilidades políticas do PSD - a quem faz parte das distritais, a quem faz parte das concelhias, deve dizer aos seus governantes - vejam lá a lei da reorganização administrativa das freguesias, porque isto não está a correr bem!

E quando uma pessoa está errada pode voltar atrás.

Sobre as Freguesias, a minha defesa é intransigente, e tenho orgulho, tenho um orgulho imenso, de hoje ter visto os Presidentes de Junta, exceto um, terem assinado, em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solidariedade, a Posição de Princípio sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica. Isso demonstrou que eles são homens sérios.

Quero dar uma palavra de grande incentivo para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. Ainda hoje quando fez aquela intervenção e disse “*Meus caros amigos eu assinei a Posição de Princípio sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica porque eu tenho que ser coerente com as minhas posições tenho que ser coerente com aquilo que eu votei anteriormente*”

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo é um homem de coragem e também todos os outros Presidentes de Junta do Concelho que assinaram a Posição de Princípio sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica porque eles não podem trair as suas freguesias e nem podem trair os seus municípios.

Não podemos trair os mais pobres, os mais necessitados, porque uma Junta de Freguesia como São Gião, Alvoco das Várzeas, Vila Pouca da Beira, São Sebastião da Feira e como outras, que estão mais próximas das pessoas. Não percebo esta lei porque não resolve qualquer problema do país.

Neste primeiro trimestre, em relação a 2010, a despesa aumentou 3,5 % e garanto-vos que não foi com as Juntas de Freguesia e por isso estou aqui solidário com convosco.

Como é que uma lei pode querer derrubar a segunda maior Freguesia do Concelho que tem um conjunto de boas infraestruturas, uma Freguesia como Nogueira do Cravo?

Não, não pode ser! Há aí qualquer coisa errada. Alguém tem que fazer ver aos senhores políticos que não é possível fazer isto.

Eu acredito que o problema de Nogueira do Cravo venha a ser resolvido rapidamente.

Faço aqui um juramento solene, olhos nos olhos com as pessoas de Nogueira do Cravo, bater-me-ei com todas as forças para que Nogueira do Cravo continue como freguesia, porque é justo, mas também lutarei pelas outras Freguesias mais pequenas para que elas continuem a existir no meu Concelho.

Agora vou responder rapidamente a todas as questões aqui colocadas pelos senhores deputados e começo pela Sra. Dra. Sónia Martins e pelo Sr. Eng.º Rafael Costa.

Começo até com uma pergunta que ninguém fez e que está relacionada com Nogueira do Cravo.

O Centro Escolar de Nogueira avança ou não avança? A obra está parada por falta de dinheiro da Câmara Municipal ou porque é? Qualquer dia é setembro, abertura do ano letivo e o Centro Escolar de Nogueira não está construído?

O Centro Escolar de Nogueira como vocês sabem é cofinanciado pelo Quadro Comunitário em 85% do valor da obra. A obra foi adjudicada por um milhão e tal e para irmos buscar 85% ao fundo comunitário tivemos de fazer naquela altura um concurso de caráter urgente. Concorreram, penso que foram dezoito ou vinte empresas.

A obra começou, porque nós podíamos começar a obra sem o visto do Tribunal de Contas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais tarde o Tribunal de Contas veio dizer-nos – e não foi só em Oliveira do Hospital - que não davam o visto a obras de carácter urgente – que estavam contempladas na lei.

Mas até deram! Porque eu tinha feito quatro obras e só a de Nogueira do Cravo é que teve o visto recusado e nas outras três deram-me o visto.

Por isso fomos obrigados a suspender a obra, a pagar ao empreiteiro e fomos obrigados a lançar outro concurso.

Concorreram um número elevado de empresas - por sorte ganhou a mesma empresa o concurso - e nós pedimos o visto ao Tribunal de Contas. Só que o Tribunal de Contas agora passa a vida a pedir-nos um conjunto de documentos e ainda não deu o visto.

Um Senhor Vereador dizia numa entrevista num jornal, que se fosse ele não fazia aquela obra porque gastava ali trezentos mil euros e remodelava aquela escola.

O Município de Oliveira, vai gastar menos de trezentos mil euros e por isso eu ainda sou melhor Presidente do que o Presidente anterior que fez esta crítica.

Relativamente à Av. Dr. Carlos Campos, Central de Camionagem e Requalificação do Mercado Municipal.

Ontem estive em Coimbra numa reunião, numa tentativa de arranjar financiamento para este conjunto de obras.

Estas obras vão ser lançadas, já disse e torno a reafirmar, que elas são lançadas com Quadro Comunitário ou sem Quadro Comunitário.

Houve uma modificação no projeto original, como alguém disse eu sei ouvir e sou capaz de negociar para encontrarmos consensos entre nós aqui na Câmara Municipal, e há um problema em relação a toda a intervenção na Av. Dr. Carlos Campos, com uma parte de terreno a trás do Cemitério.

Há ali uma parte do terreno que foi trocada com a empresa Marques de Viseu para eles construírem uma Central de Camionagem – o que não fizeram – e a escritura dizia que eles tinham uns tantos anos para fazer ali as obras e se não as fizessem a Câmara podia reverter os terrenos.

O processo pela via judicial, nunca mais se resolve e estamos a tentar um acordo com a empresa Marques para nos ceder os terrenos.

Em toda aquela praceta junto da rotunda do Comandante Manuel Serra e a Central de Camionagem que fica ligada ao Mercado Municipal, far-se-á por ali o estacionamento para os TIR - Transportes Internacionais Rodoviários, e também para automóveis para haverem parques de estacionamento sem serem pagos.

Este esclarecimento serve para responder ao Sr. Eng.º Rafael, porque quando existirem estes estacionamentos onde as pessoas tenham possibilidades de colocar os seus carros lançaremos o parqueamento pago aqui no centro da cidade.

Percebam o seguinte, eu tenho o direito de lutar por estas verbas comunitárias, porque Oliveira do Hospital teve este ano o maior número de execução de obras financiadas com



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verbas do Quadro Comunitário - e depois discutiremos isso nas contas.

Até hoje nunca tinha havido um ano assim. É por isto que vale a pena lutarmos.

Se for possível aquelas obras todas custarem ao Município só 15% e vir de Bruxelas 85% do financiamento, sobra dinheiro para outras intervenções noutras terras e noutras freguesias e isso para nós é importante.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho Marques, que fez aqui uma apresentação rápida eu queria só dizer-lhe o seguinte: Eu acho que esta luta em defesa das Freguesias do Concelho é importante e acho que vale a pena “é um por todos e todos por um”.

Senhor Prof. Fabrício, eu quero dizer-lhe que estava aqui a ouvi-lo com grande admiração, e estou a falar sinceramente porque me lembrava do tempo em que o senhor era professor e eu era aluno, e o senhor parecia um professor a fazer um exame ao aluno a perguntar-me o que era a negligência? o que é a “mão dura”?

O senhor parecia um professor a fazer-me um exame!

Referiu aqui, uma notícia que realmente para mim é importante e eu vou já explicar.

Relativamente aos incêndios, há uma Comissão de Proteção Civil que tem regras que decorrem da lei, como o senhor sabe!

Neste momento está a ser elaborado um Regulamento Municipal específico sobre o uso do fogo, onde serão definidas as regras e as normas dentro das competências da Autarquia nesta matéria.

E deixe-me explicar o que é negligência. Negligência é um incêndio - que o senhor teve conhecimento, e que se calhar estava lá nesse dia - que uma pessoa provocou quando estava a fazer um churrasco, e que deu um prejuízo brutal a um conjunto de pessoas, à natureza e à Freguesia de Ervedal da Beira. Isso é negligência pura e dura!

Há competências e coimas, relativamente a esta matéria dos incêndios, que são da aplicação da Câmara Municipal, e há outras, quando há crime, que transitam para o Ministério Público.

Mas imagine, há pessoas que, às vezes, até queimam aquilo que é deles! Apareceu-me aqui uma senhora de Aldeia Formosa, com oitenta e quatro anos, muito preocupada porque andava lá a queimar umas silvas, e provocou um incêndio, mas também ardeu só aquilo que era dela.

Houve ali negligência, foram lá os bombeiros e deu despesa aos bombeiros e há coimas que se podem aplicar.

E quando eu digo “mão dura”, é sobretudo para aqueles que propositadamente ou por atos irrefletidos e porque estão avisados que não podem fazer as queimas, e as fazem, e provocam incêndios.

Porque se as pessoas solicitarem, as queimas são possíveis, estão na lei, e podem ser feitas. Pedem autorização à Câmara Municipal, que em conjunto com os bombeiros vão lá dar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proteção e fazem-se as queimas.

Ninguém gosta que por negligência do nosso vizinho nos queimem as matas. Essas pessoas negligentes, na minha opinião, devem pagar pelos prejuízos causados aos outros.

O Sr. Prof. Fabrício também falou aqui sobre as lombas. Eu não concordo com a sua perspectiva sobre as lombas, e vou dizer-lhe porquê?

Ontem, houve um acidente no lugar que o senhor referiu, ali junto ao restaurante Dinis, onde estão marcadas aquelas lombas.

Vou dar-lhe um exemplo claro, que o executivo anterior fez bem!

Na reta de Vila Franca da Beira, mesmo com os sinais luminosos e também com outra sinalização houve um conjunto de mortes fantástico, um número elevado, penso que morreram doze ou treze pessoas.

Sabe quantas pessoas é que morreram lá depois daquelas lombas estarem em Vila Franca da Beira? Nenhuma!

E digo-lhe mais, um dia, reunia-me com o Vice-Presidente das Estradas de Portugal, que é aqui de Paranhos da Beira, o Sr. Eng.º Eduardo, e ele disse-me: *“Sr. Presidente, tenho dado o exemplo das lombas de Vila Franca da Beira, como uma boa solução para o país”*.

O executivo anterior também não tinha tudo de mau!

O que me admira a mim, Senhor Deputado, Prof. Fabrício, é que o Senhor nunca tivesse levantado o problema das lombas no executivo anterior, que o senhor passasse aqui tantos anos sentado sem ter uma intervenção! Hoje fez uma intervenção e por isso eu dou-lhe os parabéns!

Sobre as obras do Ervedal da Beira, também lhe quero dizer o seguinte, nunca houve, e no tempo anterior, nunca ouvi reivindicar estas obras da Av. Dr. Manuel I e hoje vem-me perguntar se estou satisfeito com as obras.

Eu vou lhe responder simplesmente isto: Eu não escolho as empresas que vão fazer as obras.

Sabe como é que são os concursos?

Nos concursos ganha quem apresenta o preço mais baixo. Até hoje não tive aqui outro concurso que não tivesse aqui outros itens, que não fosse o preço mais baixo. E quando é o preço mais baixo, às vezes corremos riscos com algumas empresas.

Eu quero dizer-lhe que não estou satisfeito, porque aquela obra custa à volta de trezentos e cinquenta mil euros, mas quero-lhe dizer que fui buscar 85% a uma verba que andava aí perdida que é uma coisa chamado Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, que é do Quadro Comunitário Anterior e aquelas obras ao Município ficam-lhe numa verba absolutamente irrisória.

Por isso quero dizer que não estou satisfeito, a obra não correu bem, a empresa portou-se mal a obra tem muitos problemas, e por isso, neste momento para a empresa paga multas, porque devia ter acabado a obra e ainda não acabou. A empresa vai ser obrigada a deitar a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outro piso e mesmo assim acionarei a caução pelo dinheiro todo para que fique como reserva daquilo que possa aparecer. Porque não sou eu que faço, mas nós fizemos aquilo que tínhamos que fazer.

A obra não está concluída, nem o jardim está concluído.

Sra. Dra. Luísa Vales, eu ouvia com atenção e vou lhe dizer aqui publicamente, gostaria de lhe prestar homenagem pelo seu desempenho e pela forma como desempenhou o Cargo de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco do meu Concelho de Oliveira do Hospital. Tive pena de a ver partir porque foi uma pessoa muito interessada, fez um excelente trabalho e por isso quero lhe dizer muito obrigado, em nome do meu Município pelo seu desempenho.

Quero agora desejar boa sorte ao novo Presidente, que a vai substituir.

Sr. Eng.º José Vasco, sobre o parque do Mandanelho e o bar, eu vou dizer-lhe o seguinte: a Câmara faz lá um bar/restaurante - realmente era preciso ali um bar/restaurante - depois vai haver ali um concurso. Mas agora num pequeno à parte e a propósito do Café Central, aquilo vai ter um concurso e depois vão dizer que o Presidente lá vai arranjar mais um amigo para ficar lá!

É uma boa sugestão, não é uma sugestão absolutamente disparatada.

Relativamente ao parque do Mandanelho, quero referir que o parque tem alguns problemas com o nemátodo, e por isso tivemos que replantar algumas árvores.

A propósito, também para responder ao Sr. Eng.º Rafael Costa, dizer-lhe que foi apresentada uma proposta para que a sede dos escuteiros seja instalada no parque do Mandanelho, estamos a elaborar um protocolo, para que os escuteiros tomem conta do próprio parque, ficam os escuteiros os guardiães do parque. Acho que há aqui uma boa solução, que tem a ver com o objetivo dos escuteiros.

Sr. Eng.º José Vasco, também lhe queria dar outra notícia - eu às vezes tenho boas notícias - a sua Associação a CAULE, onde o Sr. é Presidente, e a Câmara, apresentaram uma candidatura a 100%, a fundo perdido para a limpeza das margens dos rios todos, penso que à volta de 60 km. É uma parceria que fizemos com a CAULE, tem sido um trabalho interessante, esteve cá hoje o Sr. Eng.º Tiago para fazermos essa candidatura que tem um custo de 500 mil euros. A despesa da Câmara, se a conseguirmos tornar elegível custa só o IVA, por isso a Câmara Municipal financiará o IVA que são trinta mil euros. Por isso também lhe quero agradecer essa disponibilidade da CAULE e a participação que deu.

Respondo agora rapidamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Maia.

Sobre as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia, penso que essa forma de governar tem a ver com a perspetiva que tenho sobre a dignificação das funções que as Juntas de Freguesia têm que desempenhar sem estarem “amarradas” ao poder do Presidente do Município. De qualquer modo, e como todos percebem, tem havido uma evolução sobre a negociação dos protocolos assinados com as Juntas de Freguesia sobretudo com a apresentação de orçamentos e com as obras incluídas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ainda no balanço final - e porque isto é importante - as Juntas de Freguesia, são obrigadas a apresentar um relatório detalhado, com todos os documentos de despesa, para verificação de como a verba atribuída foi gasta.

A maioria cumpriu todos os requisitos mas também há algumas que não.

Perante os cortes nas transferências do Orçamento de Estado, devemos ter uma análise, na minha opinião, mais aprofundada das obras que se vão realizar e que estão a ser negociadas com as Juntas de Freguesia devendo estas verbas ser utilizadas sobretudo para despesas de investimento.

Os senhores Presidentes de Junta, também têm a responsabilidade de perceber que neste momento não poderá haver subsídios extras para as Freguesias, derivado aos cortes, exceto nos casos de ampliações dos Cemitérios, na possibilidade de construção de algumas Casas Mortuárias, onde está definido, de forma igual para todos, que a Câmara Municipal, subsidia 50%, como fez ainda agora com Negrelos - é o mesmo princípio para todos - ou outros equipamentos, que se venham a revelar indispensáveis para a comunidade mediante avaliação e disponibilidade financeira da Câmara.

Sobre as extensões de saúde de Ervedal da Beira e de Avô também quero dizer o seguinte: mandei há quinze dias, uma carta ao Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde, dizendo-lhe que ele tinha que clarificar se honra ou não os protocolos que foram assinados, por isso pedimos uma reunião.

Aguardo serenamente, não quero fazer disso um campo de batalha, porque as obras vão precisar de verbas do Quadro Comunitário.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, sobre os Mega Agrupamentos daria depois a palavra à Sra. Vereadora, Graça Silva.

Eu gostaria de criar uma nova forma de interagirmos entre todos, as informações necessárias serão dadas pelos meus vereadores relativas aos assuntos dos seus pelouros. Não que eu não saiba os assuntos.

Relativamente à proposta de ajuda aos pastores por causa dos problemas com a seca, foi proposto aqui nesta Assembleia pelo Sr. Prof. João Dinis, analisámos o processo para encontrarmos soluções e vamos distribuir à volta de 30 mil euros por 158 explorações.

Já reunimos com todas ou quase todas as pessoas destas explorações, mas tem que ser feita uma adenda à deliberação que aprovou o subsídio porque, os pastores têm que fazer prova que não devem ao fisco e logo começará a ser pago por transferência bancária. Também quero informar que este subsídio foi aprovado por unanimidade por todos os senhores vereadores da Câmara Municipal, e que acharam todos muito bem.

Sobre a Feira do Queijo não vou falar, há sempre coisas para melhorar. As contas também ainda não estão completamente apuradas mas o Sr. deputado Rui Abrantes, fez uma pergunta e fê-la na minha opinião mal.

Perguntou-me quanto é que custou a Feira do Queijo?

E eu gostava que ele me tivesse perguntado assim: Quanto é que foi o investimento na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

produção Feira do Queijo?

Porque há uma diferença, uma coisa é investimento, outra coisa é um custo.

Nós neste momento ainda não temos valores, mas penso que subiu ligeiramente em relação ao ano anterior, mas ainda não temos as contas apuradas e por isso não divulgarei o número.

Mas há aqui uma coisa que eu gostava também de esclarecer, é que todo o dinheiro que foi investido ficou no Concelho de Oliveira do Hospital. Isto é que é importante. Este dinheiro foi um investimento em retoma económica nos restaurantes, num conjunto de parceiros, nas pessoas que estiveram lá nas exposições e por isso todo o dinheiro ficou aqui em Oliveira do Hospital, e também fomos buscar alguns Fundos Comunitários para pagar despesas.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raul Dinis, quero dizer que sou um homem de palavra.

O Centro Escolar de Nogueira do Cravo estava no meu programa eleitoral e a promessa eleitoral do Complexo Desportivo de Lagares da Beira também está no meu programa eleitoral, e por isso quero-lhe dizer que nós vamos fazer um contrato programa, não só com Lagares da Beira mas também com Oliveira do Hospital e faremos muito brevemente a construção dos dois relvados.

Há coisas que nós temos que honrar. Por vezes não é possível cumprirmos tudo e também vos sou sincero, se fosse hoje, não colocaria no meu programa eleitoral, mas coloquei-o, e como o coloquei vamo-lo fazer.

Sr. Dr. Manuel Garcia, Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, quanto ao Bairro do Machorro, está o projeto finalizado, vamos lançar o concurso, a obra está orçada em trinta e cinco mil euros.

No Bairro Francisco Mendes Diogo, o projeto devido à zona em que se encontra precisa de uma estação elevatória que vai encarecer a obra e por isso tenho que fazer contas e ver se há disponibilidade económica, mas quero dizer-lhe que para mim o saneamento é sempre prioritário.

Também aqui sobre a água: o concurso está a decorrer, já sabemos quem foi a empresa que ganhou, depois o concurso tem uns procedimentos por causa das reclamações, mas a Moita, Formarigo e Carvalha vão ser adjudicadas agora e nós estamos a pensar depois fazer uma adutora para a levar até ao Parceiro isto está nos nossos propósitos.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva, a execução desta obra é uma questão de justiça, é uma justiça que fazemos aquelas pessoas porque passados trinta e oito anos depois do 25 de Abril, aquelas pessoas ainda nem têm água ao domicílio, nem têm rede de saneamento básico e por isso quero dizer que vamos fazer isto, porque pela primeira vez vai haver a cobertura total do Concelho, tirando umas quintas onde não é possível.

Sr. Eng.º Rafael Costa, quanto às questões energéticas há aqui um conjunto de projetos para se fazerem e quero dizer que nós candidatámos já este projeto da Av. Dr. Carlos Campos que será feito por Leds, mas também candidatámos e vamos avançar com uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adjudicação que é a possibilidade de durante a noite haver uma redução gradual, haver uma eficiência na iluminação pública, isto é até à meia noite temos uma intensidade depois às duas da manhã podemos ter outra e às quatro da manhã podemos ter outra.

Há uma candidatura conjunta dos catorze municípios da CIMPIM, que estamos a aguardar mas de qualquer maneira, estamos aqui a dar os primeiros passos. Pedimos estudos em termos de eficiência energética, para os diferentes edifícios que nós temos desde o Pavilhão Gimnodesportivo, Casa da Cultura Paços do Município e Piscinas Municipais e por isso estamos a fazer também alguma coisa nesta área.

Eu gostava que ninguém se sentisse desconsiderado, porque não gostaria de deixar ninguém sem resposta mas o tempo é pouco.

Ao senhor deputado, Dr. Rodrigues Gonçalves, quero dizer-lhe o seguinte: eu também estou preocupado com o que este governo está a fazer em termos de avaliações dos prédios urbanos, havia algumas injustiças já no passado.

Há já neste momento uma grande contestação dos Municípios porque todos os Municípios pagavam uma verba ao governo, penso que 1,5 % do que se recebia pela receita tributária do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis.

O Presidente de Câmara Municipal de Torres Vedras enviou hoje um comunicados para todos os Presidentes de Câmara a dizer que o governo vai lhe cobrar à volta de quatrocentos mil euros, porque o governo diz que vai cobrar uma verba de 5% da receita tributária do IMI - aquilo que era 1,5% passa a 5% - isto é vai haver uma grande diferença e vai provocar grandes custos.

Se perante as novas avaliações virmos que há uma grande diferença na receita do IMI, referente ao Concelho de Oliveira do Hospital, esta Assembleia Municipal tem poderes para baixar a taxa do IMI.

Ao senhor deputado Rui Abrantes, eu quero dizer-lhe que quando há um concurso há procedimento a cumprir, nomeadamente, o prazo de reclamação.

Só depois de passado o prazo de reclamação é que se pode efetuar o contrato e depois o adjudicatário tem trinta dias para assinar o contrato.

O adjudicatário do Café Central assinou o contrato na segunda-feira e pedimos-lhe celeridade para abrir o café.

Ao Presidente da Junta de Freguesia de Lajeosa, Sr. Paulo Sérgio, quero informar que sobre o saneamento ao Viso, estou muito determinado, para que dentro das nossas verbas, fazemos algum trabalho de saneamento.

O que me aborrece, é a fatura que nós temos a pagar. Recebi hoje do Conselho de Administração das Águas do Zêzere e Côa, uma atualização daquilo que nós já pagamos caríssimo.

Por isso vamos ser obrigados a discutir um novo regulamento porque quando tivermos as ETAR's todas a trabalhar, ninguém vai ser capaz de pagar esta fatura. Não vai ser possível!

É preciso encontrarmos uma forma de entrarmos noutra sistema, o governo também



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

está a estudar, está a fazer quatro grandes projetos porque isto é uma injustiça e estes preços são absolutamente proibitivos.

Hoje é importante que se diga isto: dos impostos do IMI, da água, do saneamento, da recolha dos lixos, há uma diferença de um milhão de euros em relação ao passado.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Prof.^a Graça Silva para prestar informações sobre os Mega Agrupamentos, e fez a seguinte intervenção:

“Penso que esta é a minha primeira intervenção aqui na Assembleia Municipal, e vou tentar ser breve nas minhas palavras.

Começo por lembrar que no ano de 2010, em março ou abril, o Sr. Presidente da Câmara esteve numa reunião na Direção Regional da Educação com o Sr. Secretário de Estado, onde este assunto na altura chamado de Mega Agrupamentos foi apresentado para todos os Presidentes de Câmara do Distrito de Coimbra, onde o nosso Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, de uma forma determinada aboliu por completo que se fizessem Mega Agrupamentos neste Concelho.

Passados dois anos voltamos ao tema desta vez chamado de Agregação de Unidades de Gestão.

De facto nós fomos chamados no dia cinco de abril, e quando digo nós, foram os Senhores Diretores das Escolas dos quatro Agrupamentos e Escola Secundária de Oliveira do Hospital, e também fui eu, uma vez que o Sr. Presidente nessa data já tinha compromissos assumidos.

Antes dessa reunião, obviamente que tratámos de fazer aqui uma reunião na Câmara Municipal, para delinear consensos, e aqui, o nosso pressuposto foi logo á partida, voltar a não admitir que aqui no concelho houvesse agregação, e foi essa a nossa decisão aqui na reunião na Câmara Municipal e foi essa a defesa na reunião de cinco de abril, para com a Sra. Diretora Regional de Educação do Centro.

Os argumentos que apresentamos foram vários, que posso aqui elencar alguns, nomeadamente o número de alunos. Como sabem o nosso Concelho, tem mais de três mil alunos, a dispersão geográfica é também um dos motivos, o facto de no próximo ano letivo os diretores das escolas terminam o seu projeto educativo local, terminam o seu mandato e também não era correto não permitir que os Senhores Diretores terminassem o seu projeto educativo.

Também para dizer que só no ano de 2013/214, é que vão ser abertos concursos para estas equipas de trabalho, que até agora tanto têm dado pelas nossas escolas.

Deixei para último o facto de a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, recentemente, no início do ano de 2012, ter abraçado um projeto pioneiro para o nosso concelho, no âmbito da educação, a que chamamos o nome de Projeto Educativo. Com o qual nós pretendemos fazer um estudo sério, rigoroso, devidamente fundamentado, um estudo demográfico, que certamente nos vai orientar e permitir definir exatamente o que é que deverá ser o Projeto Educativo para o nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que é que deverá ser o modelo educativo para o nosso concelho.

Não vou falar mais do Projeto Educativo Local, porque certamente vão ter oportunidade de poder conhecer mais aprofundadamente.

Durante a reunião de cinco de abril, a Sr.^a Diretora Regional, apresentou a sua sugestão, e deu-nos mais uma semana para podermos, escolas e Câmara Municipal, discutir e analisar o assunto, com o compromisso de no dia vinte de abril voltarmos a reunir.

Até ao dia vinte de abril, os Senhores Diretores das Escolas e a Câmara Municipal, calendarizámos um conjunto de reuniões, todas as escolas reuniram nos diferentes órgãos e departamentos das diferentes áreas disciplinares, pessoal não docente e Associação de Pais, todos reuniram.

De todas essas reuniões foram dados pareceres e no Conselho Geral onde estão todas as entidades da comunidade educativa e escolar representadas, deram o seu parecer e fizeram uma moção.

Mais uma vez foi pedido pelo Sr. Presidente da Câmara que se reunisse na Câmara Municipal, antes do dia vinte de abril para reunir consensos e fazer um apanhado das diferentes tomadas de posição, pelas diferentes escolas aqui envolvidas.

Nessa reunião mais uma vez não conseguimos chegar a nenhum outro consenso, a não ser continuar a defender a não agregação.

Esta foi a opinião de todas as escolas do concelho, continuar a defender a não agregação para o próximo ano letivo. Depois logo se verá.

Para próximo ano letivo continuamos a defender que não há razões que justifiquem a agregação para este concelho, pelo contrário, contamos muitos e muitos motivos para que ela não se concretize.

Na reunião do dia vinte foi mais uma vez apresentada esta proposta por todos, onde esteve presente o Sr. Presidente da Câmara.

Mais uma vez o Sr. Presidente da Câmara argumentou o porquê de defendermos a não agregação.

Houve uma outra contra proposta que eu não vou divulgar aqui, que foi apresentada pela Sra. Diretora Regional, porque como disse à pouco e reforço, nenhuma das propostas ou nenhuma das ideias apresentadas pela Sra. Diretora Regional foram oficializadas e por isso nada está vinculado.

Neste momento, e em conclusão, depois destas reuniões nada está decidido, apelamos mais uma vez, e já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, numa notícia de um jornal, que aguardamos que haja uma reunião com o Sr. Secretário de Estado para que o Sr. Presidente da Câmara possa interceder e pedir para que pelos menos durante mais um ano não haja agregação no nosso Concelho.

Como disse à pouco acreditamos que o Projeto Educativo Local vai ser preponderante para definirmos concretamente o que é que queremos como modelo educativo para o Concelho de Oliveira do Hospital.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Chegado o fim do Período Antes da Ordem do Dia, foi então permitida a intervenção do público.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Dr. Nuno Freixinho, que fez a seguinte intervenção:

“Muito boa noite a todos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quero cumprimentar na pessoa de V. Exa. todos os restantes membros da mesa, Sr. Presidente da Câmara, Ilustres Vereadores, Caros Deputados da Assembleia Municipal, que são a razão essencial pela qual nós estamos aqui, restante público, bem como também a comunicação social.

Eu queria aqui começar a expor a nossa situação, mas entretanto houve aqui algumas situações prévias que eu tenho que mencionar, nomeadamente começo por referir o Presidente da Câmara que disse que *“havia aí gente que dizia que os quadros técnicos da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital é que tinham feito este erro clamoroso”*, não nomeou mas também não excluiu ninguém, e eu queria aqui desde já perguntar se isso se refere a alguém de Nogueira do Cravo, nomeadamente, aos que aqui estamos?

Porque, efetivamente, a postura que nós temos tido de colaboração não tem sido essa e eu não posso deixar de clarificar aqui a situação.

Acresce que, como o Sr. Presidente da Câmara sabe, nós enviámos uma carta para a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, a solicitar diversa informação onde mencionávamos taxativamente esta questão, e dizíamos, que estávamos convictos que alguém que trabalhou em dois mil dez e dois mil e onze não podia adivinhar o que acontecia em dois mil e doze. Tenho que fazer justiça, porque sempre falámos.

Estou aqui na qualidade de Mandatário da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e da Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo, através dos seus respetivos presidentes, que me solicitaram que acompanhasse juridicamente esta questão.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para a seguinte intervenção:

“O Senhor Doutor vai-me desculpar, mas para Mandatário da Junta está aqui a pessoa eleita.

Portanto, não lhe posso aqui dentro permitir esses estatutos, o Senhor está aqui falar como povo, como elemento do povo, porque aqui dentro o mandatário do povo de Nogueira é o Sr. Presidente da Junta.

O Senhor aqui tem de falar como cidadão, e não preciso de o lembrar porque com certeza que sabe isso.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Retomando a palavra, o Sr. Dr. Nuno Freixinho, continuou a sua intervenção:

“O Sr. Adelino levantou aqui uma questão, que era esta, além de eu ser Mandatário pôs aqui a qualidade se eu seria ou não filiado em algum partido? Nunca foi, e é minha intenção nunca ser, e quanto mais vejo dos partidos políticos, mais tenho vontade em me afastar.

Entendo que a política pode ser feita através de outras intervenções, aliás, hoje mesmo já assisti aqui a coisas que eu julgava não serem possíveis, mas também não é aqui o lugar para estar a falar sobre isso.

Ora bom, havia uma proposta de Lei que era do governo e que o governo aprovou em Conselho de Ministros em fevereiro de dois mil e doze, essa proposta de lei, depois transitou para a Assembleia da República e foi aprovada no dia treze de abril de dois mil e doze.

Quero aqui realçar mais uma vez, como tenho feito sempre - já não será necessário explicar, como fiz das outras vezes com a equipa que me tem acompanhado, e que eu também aproveito para saudar e agradecer - o justificar o porquê, de que, Nogueira do Cravo poderá estar inserida nessa freguesia a agregar.

Nesta situação, o que se passou é que na minha perspetiva temos que analisar de duas maneiras o problema.

Antes de existir a aprovação através do Diário da República, é legítimo e até de saudar todas as tentativas de alterar a lei por quem tem legitimidade para isso. E neste caso, todos os políticos, sejam ou não pertencentes aos partidos, têm legitimidade para procurar alterar a lei.

Eu aqui não venho defender a proposta de lei, pelo contrário, como qualquer pessoa sensata percebe desde logo que se não houvesse esta proposta de lei nós não precisávamos de estar aqui, e nem tínhamos monopolizado esta Assembleia Municipal, que tem o seu ponto da ordem de trabalhos, mas que rapidamente se falou mais no assunto de Nogueira do Cravo, e eu entendo que isto se deve à forma corajosa como os Nogueirenses têm abordado esta questão, e que têm conseguido trazer para a ribalta este assunto.

Agora o que nós temos que pensar é o seguinte, a partir do momento em que a lei entrar em vigor quais são os mecanismos que a Assembleia Municipal, tem ao seu dispor para minorar, se assim entenderem, o prejuízo que esta lei poderá vir a causar.

E eu, queria aqui mencionar mais uma vez que a minha abordagem vai ser exclusivamente jurídica, não me compete a mim a abordagem política, e portanto, eu vou procurar aqui alertar a Assembleia Municipal, sobre as várias questões que lhes vão ser postas para depois estudarem com calma, questionarem outras pessoas, e eventualmente, chegarem a uma decisão fundamentada, que é o que nos interessa.

Eu chamava à atenção que, esta reforma administrativa, mal ou bem, e volto a repetir - não me vou prenciar sobre isso - diz aqui na Exposição dos Motivos, o seguinte: *“esta reforma administrativa pretende satisfazer os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, assinado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.*

Com efeito, o Memorando de Entendimento, compromete o Estado Português a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reduzir significativamente o número de autarquias, com efeitos para o próximo ciclo eleitoral local.”

Ou seja, nós temos que compreender o quadro macro político em que estamos inseridos, e temos que ver, que isto é uma imposição - mal ou bem - externa que se depara perante nós, pelo que, já aqui foi falado na reforma do livro verde, e noutras, mas todas têm a mesma génese, que é a agregação de algumas freguesias a outras.

Eu alertava aqui os membros da Assembleia Municipal, para que, infelizmente, esta questão vai ter que se colocar, não vale a pena escondermos a cabeça debaixo da areia, como faz a avestruz.

A minha obrigação é aqui explicar quais são as várias alternativas que a Assembleia Municipal pode ter para depois poder decidir de uma forma coerente.

Em primeiro lugar, teremos que ver ou não se a lei é publicada, se for, já estamos a trabalhar por antecipação, que é assim que eu entendo que se deve trabalhar, se não o for o assunto fica resolvido.

Mas, como aqui refere esta proposta de lei, e eu também já tive a oportunidade de contactar, a Câmara, o I.N.E. - Instituto Nacional de Estatística, e a Secretaria de Estado respetiva, e eles enviaram-me alguma documentação, e aqui já foi posto em causa o I.N.E.- Instituto Nacional de Estatística, porque de facto a lei não fala no I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística.

Mas, da Secretaria de Estado, mandaram-me uma documentação em que diz de facto, o seguinte, nestas anotações diz assim: “*O I.N.E – Instituto Nacional de Estatística., irá disponibilizar em sítio próprio quais as freguesias que se encontram situadas em lugar urbano ou em lugares suficientemente urbanos*” – e já foi o que sucedeu.

Portanto, aqui o que eu queria mencionar era o seguinte: depois da lei sair, e a lei está para publicação - normalmente demora à volta de trinta dias - podemos contar que a lei possa ser publicada em Diário da República para meados de maio - penso eu – depois, a Assembleia Municipal, tem imediatamente noventa dias a contar desta data para se poder pronunciar.

E em que é que consiste então esta pronúncia?

De acordo com a lei, o que a Assembleia da República deliberou foi o seguinte: A Assembleia Municipal tem toda a legitimidade e tem todo o poder, para dentro de parâmetros mínimos, poder deliberar conforme entender, e os critérios que aqui têm até são meramente indicativos.

As pessoas têm falado muito na questão da densidade populacional, mas esse apenas é um dos critérios meramente indicativos.

Então, como eu já falei, sendo o nosso território, o nosso município de nível três, o que é que acontece?

Nós temos vinte e uma freguesias, dessas vinte e uma – agora eu vou colocar dois cenários – ou a Assembleia Municipal se pronuncia, ou a Assembleia Municipal não se pronuncia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Comecemos então pelo primeiro caso, que é a Assembleia Municipal pronunciar-se.

A Assembleia Municipal, como diz a lei, tem que emitir duas opiniões fundamentais. Uma tem a ver com os lugares urbanos, outra tem a ver com as freguesias que não se encaixam nos lugares urbanos.

Relativamente ao lugar urbano é que se põe o problema de Oliveira do Hospital e Nogueira do Cravo.

Quanto às outras freguesias a questão é diferente, de forma que, eu queria aqui alertar, para outro equívoco, que propositadamente se tem feito, que “para salvar Nogueira do Cravo, tem que se sacrificar outras freguesias”.

Não é verdade.

Se Nogueira do Cravo terminar como freguesia, outras também terminam.

Agora, se Nogueira do Cravo não terminar como freguesia, outras freguesias também não terminarão. Eu vou passar a explicar o porquê?

De acordo com o parâmetro de agregação, nós temos o seguinte - e eu vou partir deste pressuposto, que há esta primeira hipótese - a pronúncia da Assembleia Municipal.

Se a Assembleia Municipal retirar do lugar urbano de Oliveira do Hospital, aquela franja de terreno que pertence ao perímetro urbano da cidade de Oliveira do Hospital, das vinte e uma freguesias - pelos cinquenta por cento - já não somos obrigados a retirar nenhuma. Ficamos com vinte e uma freguesias, que terão, de acordo com a lei, de sofrer uma redução de vinte e cinco por cento.

Mas, a Assembleia Municipal pronunciando-se, diz a lei - mal ou bem, volto a dizer, não me pronuncio - confere aqui uma taxa de redução de vinte por cento sobre isso.

Ora, vinte por cento sobre vinte e cinco por cento dá o valor global de vinte por cento, ou seja, um quinto.

Um quinto sobre vinte e uma freguesias, significa que poderão terminar quatro freguesias, ou seja, ficarão dezassete freguesias.

Vamos pôr agora a hipótese inversa, que é a Assembleia Municipal não se pronunciar.

Não querendo ser maçador, já se aqui falou muito sobre esta questão da Unidade Técnica, obviamente que a lei diz o seguinte:

Se não for cumprida a lei, a lei arranjou mecanismos para que outros, que não nós próprios, que possamos decidir sobre o nosso futuro, podem vir cá e decidir por nós, e então, aí diz o seguinte: Apresentam uma proposta, das quais Nogueira do Cravo cairá, porque a Assembleia Municipal não se pronuncia, e relativamente às restantes dezanove freguesias, aplica-se o coeficiente de vinte e cinco por cento que por arredondamento dá cinco freguesias. E fica o concelho de Oliveira do Hospital com catorze freguesias, ou seja, catorze mais uma que estava para trás, ficam quinze, ou seja, temos aqui uma diferença de duas freguesias, se a Assembleia Municipal se pronunciar ou se a Assembleia Municipal não se pronunciar.

Se a Assembleia Municipal não se pronunciar, e eu não quero estar sempre a repetir, a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ler aqui a lei.

Mas, a lei diz, e eu, chamava a atenção do Sr. Eng.º Carlos Maia, que o que disse, juridicamente é um erro. A Assembleia Municipal quando for ouvida em segunda via de intenção, apenas, como diz aqui a lei, ela é ouvida mas já não tem poder deliberativo, apenas poder consultivo.

E mais, diz a lei, que nesta fase o disposto no número três, do artigo quinto, que é esta situação que eu vou agora ler, porque tem muito interesse, diz: *“Em casos devidamente fundamentados, a Assembleia Municipal pode, considerar como não situadas nos lugares urbanos do município freguesias que como tal sejam consideradas nos termos do número anterior”*, ou seja, nesta segunda hipótese a Assembleia Municipal, já não se pode pronunciar sobre a questão de Nogueira do Cravo, e diz que, *“não é aplicável o artigo sétimo”*, que tem aqui o benefício dos vinte por cento.

Portanto, o que a nós Nogueirenses nos interessa saber, não é tanto uma questão de retórica. Dizer que faremos tudo o que está ao nosso alcance para que a freguesia não acabe. O que nós queremos é compromissos concretos.

O que é que se fará se esta lei entrar em vigor?

De acordo com o que aqui temos, só há duas hipóteses.

Portanto, eu queria que, quer os membros da Assembleia Municipal quer também os membros da Câmara Municipal, tivessem consciência de que não é abstendo-se que dizem que tomam uma decisão mais correta, aliás, tem-se aqui falado muito sobre esta questão de cumprir ou não cumprir a lei, é obvio que se cada um de nós cumprisse a lei ou só as leis de que gosta, nós vivíamos numa anarquia.

Esta situação, que é ingrata para todos - não há dúvida - é que carece de ser solucionada por quem tem legitimidade - e eu volto a insistir - é a Assembleia Municipal.

Portanto, não me querendo alongar muito mais - até penso que ainda teria mais alguns minutos - mas a questão essencial é esta, e eu vou sumariamente resumi-la.

Entrando em vigor esta lei, ou nós assumimos o nosso futuro pelas nossa mãos ou nós delegamos numa Unidade Técnica de Lisboa que venha cá ter connosco e que decida o que é que nós vamos fazer.

Além de que, como é óbvio, para quem vive no interior - e ouvi aqui muita gente falar do interior – que nós não somos tidos nem achados nas decisões - o que é verdade - neste caso concreto, se a lei for avante, não é isso que acontece, e portanto, depois, ficamos sujeitos à boa graça e à boa disposição desta Unidade Técnica.

E, eu entendo, que por uma questão de responsabilidade de todos, há que tomar decisões, que é para isso que foram eleitos.

O Sr. Presidente, há de convir que quando falou aqui, e bem, sobre a situação de Seia, sobre a situação de Nelas, isso resultou de várias reuniões que nós tivemos em que a interpretação da Câmara, até era diferente da que hoje estamos a trabalhar.

Se hoje estamos a falar sobre esta situação é porque efetivamente a nossa interpretação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infelizmente estava correta, tomáramos nós que não estivesse.

Terminava dirigindo-me aos deputados da Assembleia Municipal, dizendo que, ao serem chamados a pronunciarem-se - se o forem e se a lei entrar em vigor - há aqui uma série de dados que a lei enumera como fatores de agregação. Há freguesias, que poderão ter que ser agregadas, mas também não vem daí, penso eu, o maior mal ao mundo, outras foram também já criadas no passado.

Também não garantimos que esta seja a última versão da lei. No entanto, fazer de contas que se a lei entrar em vigor é como se não estivesse a entrar em vigor é uma atitude a meu ver errada e que põe em causa a autonomia das populações, e que põe até em causa a razão pela qual, de facto, a Assembleia Municipal está constituída. Tem que se pronunciar ou de uma maneira ou de outra porque nós não podemos deixar nas mãos de terceiros, aquilo que podemos ser nós a decidir.

Portanto, eu agradeço o tempo de “antena” que me deram, já sei o que é que vão dizer a seguir.

Procurei aqui ser breve, procurei ser sucinto e jurídico.

Não quero entrar em polémicas, não é essa a forma de resolver as questões, mas também não é evitá-las e fazer de contas que elas não existem que as vamos resolver.

Muito obrigado.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para a seguinte intervenção:

“Sr. Dr. Nuno Freixinho, naturalmente o Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, que sou eu, agradece-lhe o seu contributo.

Tenho todo o respeito, amizade e consideração pelo Senhor Doutor, e o Senhor sabe que é assim. O Senhor também sabe que eu sou uma pessoa frontal.

O Senhor, que é uma pessoa que vive das palavras - e eu não o quis interromper propositadamente - mas tenho que dizer aqui ao Senhor Doutor, que o Senhor foi deselegante com esta Assembleia.

Passou-nos aqui uma série de atestados, está aqui um colega de profissão na mesa.

Senhor Doutor, eu vou dar por não ouvido o termo “explicar” e mais meia dúzia de referencias parecidas, porque eu quero pensar que nesta sala estão os melhores do Concelho, ou pelo menos estão cá aqueles que o Concelho escolheu como os melhores.

Portanto, como Presidente da Assembleia Municipal, custa-me dizer-lhe isto mas também não ficaria de bem com a minha consciência, se não defendesse aqui como é minha obrigação o bom nome desta Assembleia.

Eu penso que o Senhor poderia ter dito as mesmas coisas de uma outra forma e com a sua formação técnica, tinha obrigação de o fazer.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Naturalmente que as pessoas que estão aqui são responsáveis, naturalmente que as pessoas que estão aqui já estudaram a lei, naturalmente que as pessoas que estão aqui têm a consciência de tudo aquilo que o Senhor disse.

Mas, nós somos efetivamente políticos, como políticos temos que nos assumir porque foi nessa condição que nós nos apresentámos ao eleitorado. É nessa condição que nós temos que nos comportar, e como aqui tem sido dito ao longo dos tempos, e por isso há aqui o diálogo e a unanimidade. Temo-lo feito com elevação com elegância em clima de entendimento.

Posto isto, vamos ao que interessa: Naturalmente quanto à explicação da lei, agradeço efetivamente o seu contributo.

A posição do Presidente da Assembleia, dentro das responsabilidades que estão cometidas e porque tem a noção clara de tudo o que o Senhor aqui disse, é que deve ser constituída, no âmbito desta Assembleia, uma Comissão.

Até aqui não tínhamos lei, tínhamos especulações, tínhamos declarações de intenção. Neste momento temos uma lei aprovada que não está publicada e com o Senhor disse e bem, prevê-se que seja publicada lá para quinze de maio.

A partir dessa altura, o Presidente da Assembleia Municipal, que sou eu, no âmbito das responsabilidades que lhe estão cometidas e mesmo que o Senhor não viesse aqui usar da palavra, e porque isto já foi discutido com vários dos Senhores Deputados e vários dos Senhores Presidentes de Junta, eu vou aqui propor, como é minha obrigação, a constituição de uma comissão, que eu proponho que tenha três pessoas, de cada um cada um dos partidos mais votados, uma da CDU e um deputado independente que não tem nenhuma ligação partidária, que é o Presidente da Junta de Freguesia da Lajeosa.

Esse grupo de trabalho, com os seus contributos, que naturalmente serão tidos em conta, mais os contributos da própria Assembleia e do corpo jurídico da Câmara, naturalmente analisará e pesará todas essas situações.

Depois de analisado e ponderado essa comissão se aqui for entendido e se os partidos tiverem disponibilidade para o fazer, proporá aqui à Assembleia Municipal extraordinária ou não, consoante essa comissão entender que o deve fazer.

Para discutirmos responsabilmente temos noventa dias para o fazer, ponderar e analisar.

Também temos algumas dúvidas como é para mim essa de Nogueira. Á partida podemos estar a discutir um problema que não o é. Embora lá esteja a tal manchinha acho que essa situação por tão irrisória, que mandará o bom senso, que seja tida em conta.

Naturalmente, nós vamos fazer o nosso trabalho de casa como nos compete e como efetivamente estamos mandatados.

O que hoje temos em cima da mesa, o Senhor diz que são quatro, pela minha análise até acho que são seis, mas, quem sou eu? Havemos de estudar essa situação.

Do ponto de vista político, e nós somos aqui homens políticos, temos obrigação de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tomar uma posição política. E é redondamente não.

Eu congratulo-me e agradeço, com a posição firme e frontal já assumida, pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, nesse sentido.

O sentido desta Assembleia também tem sido nessa linha de orientação, e será nessa linha de orientação que responsabilmente e com os conhecimentos que temos, que não são assim tão poucos, que tomaremos a nossa posição.

Havemos de fazer o nosso trabalho porque eu se sentisse que não estava à altura das responsabilidades nunca me proporia ao cargo que aqui estou a desempenhar.

Penso que os meus colegas de Junta e Assembleia também ponderaram essa situação quando se disponibilizaram a dar o seu contributo à gestão das Freguesias e do Município.

Esta é a posição da Assembleia Municipal, estou piamente convencido, como disse em Nogueira, que Nogueira do Cravo há de continuar como Freguesia.

Como eu disse em Nogueira do Cravo e digo também aqui, em mil cento e oitenta e sete, o primeiro rei já reconheceu necessidades de dar autonomia a Nogueira do Cravo. Agora as pessoas que oitocentos e tal anos depois quase novecentos pensam de outra maneira naturalmente têm que assumir as responsabilidades e naturalmente não podem querer vir aqui fazer de nós bodes expiatórios.

Eu não defendo a política da terra queimada, eu sou um revolucionário, e um revolucionário se poder perder metade, não perde um, se poder perder um não perde dois.

Estou aqui para representar aquilo que seja melhor para o meu concelho. Portanto, esta é a posição do Presidente da Assembleia Municipal, nós iremos discutir esta questão.

A comissão, PSD - 3, PS- 3, Grupo de Independentes -3, a CDU e o deputado independente somos 11 se acharmos que é muita gente e pretenderem um grupo mais reduzido, respeitarei. Esta é proporcionalidade que o povo do Concelho aqui meteu, e é essa que tem que ser respeitada.

Ao bom povo de Nogueira eu quero dizer que esta é a posição do Presidente da Assembleia, penso que é a posição da Mesa, porque também tenho esta obrigação democrática, de perguntar se é? E vai-se ver a seguir se é a posição da Assembleia que aliás está na linha da proposta que fez o Sr. João Esteves.

Responsavelmente e dentro do clima de diálogo que eu me prezo de tentar preservar dentro deste Concelho, é assim que as coisas vão ser.

Como o Sr. Dr. Nuno Freixinho bem sabe, esta é uma matéria exclusiva da Assembleia Municipal, naturalmente com a colaboração da Câmara, que se pode pronunciar e ajudar e depois veremos aqui como deve ser.”

Como o Sr. Dr., Nuno Freixinho tem o direito de resposta, por isso tenha a bondade.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Dr. Nuno Freixinho, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais uma vez, como já disse não apontou caso concreto nenhum, apenas o que eu disse foi, quem tem que decidir, tem que decidir, e olhei para as pessoas, e disse: são vocês que têm que decidir. Se isso incomoda? Não sei porquê?”

O Sr. Presidente da Assembleia, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“O Senhor disse que nos vai explicar. O Senhor não nos explica nada.

Nós é que estamos aqui eleitos para decidir pensar e reagir. Nós sabemos e se não soubermos consultamos os juristas que saibam.

O Senhor, vai-me desculpar, mas é uma deselegância vir aqui à Assembleia dizer que vem aqui explicar.”

Seguidamente, o Sr. Dr. Nuno Freixinho, fez a seguinte intervenção:

“O que eu venho aqui explicar é a minha versão. Se arranjam outra...

Eu disse e tive a humildade de dizer que infelizmente era aquela a situação, se não o fosse era melhor! Se arranjam outra? Mas eu gostava é que arranjassem.”

O Sr. Presidente da Assembleia, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não é isso que nós estamos a discutir, o que estamos a discutir é a forma como o Senhor se dirigiu a esta Assembleia, e eu volto a dizer que como Presidente da Assembleia Municipal, não posso deixar passar sem reparo”

O Sr. Dr. Nuno Freixinho, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A forma foi serena e calma. Não me revejo de forma nenhuma no que acabou de mencionar só queria lavar esse protesto.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Carlos Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Para bem e a favor do esclarecimento total da lei, houve aqui uma coisa, que foi, propositadamente ou não, omitida pelo Dr. Nuno Freixinho, e aquilo que foi omitido, foi o ponto número três, do artigo décimo terceiro da lei, no que concerne ao assunto, Desconformidade da Pronúncia.

O Sr. Dr. Nuno Freixinho, omitiu este ponto, e como digo, propositadamente ou não, não sei!

Que diz somente o seguinte: “*Desconformidade da Pronúncia*”, que tem o primeiro



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto, segundo ponto e terceiro ponto. No terceiro ponto, diz tão somente isto: “*Após a receção do projeto e sem prejuízo do disposto no número anterior – numero dois – a Assembleia Municipal pode, no prazo máximo de quinze dias, apresentar um projeto alternativo à Unidade Técnica, o qual será por esta apreciada, nos termos previstos na alínea c) do número três do artigo anterior*”.

O Sr. omitiu este ponto, portanto, não é verdade. Omitiu propositadamente ou não este ponto.

Quer dizer este ponto, tão somente na minha leitura e salvo melhor opinião, que é um processo que não é encerrado pelo simples facto da Unidade Técnica vir a Oliveira do Hospital e dizer, “*meus amigos, em Oliveira do Hospital nós vamos extinguir estas Freguesias*”, não encerra aqui o processo, porque está “aberta” na lei esta possibilidade.

Portanto, o Sr. omitiu, propositadamente ou não, e era bom que isto fosse esclarecido e dito às pessoas.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Carlos Inácio, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia, fico-lhe agradecido por poder falar. Eu só queria dizer aqui, que faço minhas as palavras do Sr. Presidente.

Eu não aceito o que se passou aqui hoje, acho que é uma afronta a esta Assembleia e é uma afronta a nós todos, eu acho que não sou “estúpido”, nem “burro”, para me virem dar lições aqui, e nenhum de nós o é.

Agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia, as palavras que disse e a defesa que fez, da honra de todos os Membros desta Assembleia.

Não posso aceitar isso, e a primeira coisa que tem que se perceber aqui, é que nós somos políticos e somos eleitos politicamente para esta Assembleia, e é isso que nos move também.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Esta lei, aguarda promulgação pelo Senhor Presidente da República. Esta lei concede ao Município, e eu não pretendo dar aqui nenhuma lição jurídica, porque disso já falaram aqui, quem percebe mais disso do que eu. Não tenho nenhum problema em reconhecer isso.

Em matéria política, tenho os meus pergaminhos.

Portanto, esta lei, que aguarda promulgação, concede ao nosso Município a possibilidade de não se pronunciar em concreto sobre o abate, em concreto de qualquer Freguesia deste Município.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não se pronunciando, sobre o abate em concreto de qualquer Freguesia do nosso Município, o Município, continua dentro da lei. Não ficamos fora da lei. Essa preocupação, ou essa legalidade, ou esse legalismo, não tem nenhum problema.

Mas, o problema, é que esta lei - não é quem a esteve aqui a interpretar, eu não misturo – também afronta a nossa dignidade e a nossa inteligência quando a lei aprovada prescreve, mais ou menos assim:

Pronunciem-se sobre o assunto na Assembleia Municipal, mas saibam desde já que essa vossa pronúncia só conta se estiver conforme a vontade do legislador. A nossa opinião só conta, dizem-nos, se essa nossa opinião aqui no Município se sujeitar à partida à vontade do legislador. Se matarem algumas Freguesias, esta é a consequência material da aplicação da lei e não outra.

Dessa forma, a nossa opinião em concreto, é uma opinião inócua que de facto não influencia a essência da decisão já tomada pelo legislador – leia-se Governo e maioria na Assembleia da República.

Têm que abater em Oliveira do Hospital, segundo a lei, quatro ou cinco ou cinco ou seis Freguesias. Esta é a consequência material desta lei.

Portanto, isto está decidido desde o início. Isto é totalitarismo político e ideológico.

Agora em relação à proposta que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, acaba de fazer.

Não é que eu tenha sido apanhado de surpresa.

Da nossa parte, não está em causa saber-se se são dez ou onze as freguesias a abater. Quanto à CDU, eu também já conversei com o Aníbal. Fiquem já à vontade, nenhum de nós vai participar em Comissão nenhuma desse tipo.

Mas para quê?

Nós já não dissemos aqui, vinte Presidentes de Junta, esta Assembleia Municipal, que somos contra a extinção de Freguesias? E, agora, vamos discutir se em vez de cinco, abatemos quatro e meia? Se em vez de quatro e meia abatemos três virgula setenta e oito por cento das nossas freguesias?

Não. Nós temos mais que fazer!

Aquilo que esta Assembleia devia estar a constituir era uma Comissão para defender a ESTGOH, era uma Comissão para defender o IC6, não para perdermos tempo.

Esta lei merece é ir para o lixo, ser rasgada e é isso que lhe vai acontecer porque creiam-me, se um número significativo de Municípios corresponder à vontade das populações e corresponder ao desejo de duzentas mil pessoas que estiveram ali em Lisboa a dizer não ao abate das Freguesias, se a maior parte desses Municípios disserem que não se metem no assunto, não se pronunciam - e estão dentro da lei – isso é uma derrota política para o Governo da qual ele não vai sair sem consequências.

Meus amigos, quem quiser defender as direções dos partidos que as defenda.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O meu partido não me mete nestas “alhadas”. Eu já vos disse aqui e repito, que para mim é uma lição a forma como deputados eleitos pelos partidos do Governo têm dado a cara dizendo não a este abuso, não a esta indignidade, não a esta afronta que só tem a ver com a subserviência vergonhosa de meia dúzia de indivíduos que em nome do país dobram os joelhos perante as exigências da Troika e da Merkel.

Não. Não a essa traição!

Não a essa vergonha! É isso que o povo vai acabar por dizer.”

De seguida foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Sinceramente, aquilo que eu mais temia acabou de acontecer. Uma lei que só está a servir para uma coisa, virar as pessoas locais umas contra as outras.

Quem arranjou este problema não fomos nós. Aliás, eu não considero isto um problema. Eles (governo) estão a fazer disto um problema para nos tapar os olhos em relação a outros assuntos e a outros graves problemas que estão a acontecer pelo país fora e isto serve de ponto de distração para salvaguardar e para eles continuarem outro tipo de ilicitudes.

Há aqui uma coisa que eu quero deixar claro.

Cada vez mais vivemos numa sociedade egoísta e egocêntrica e todos nós somos culpados disso. Não tenham dúvidas. E estamos mais uma vez a deixar-nos levar por pessoas que nada têm a ver connosco, que nada conhecem a nossa realidade.

Cada vez mais vivemos numa sociedade que caminha para o isolamento, para a falta de apoios principalmente às camadas mais necessitadas, idosos e deficientes. Cada vez a acabarem-lhes mais com os serviços locais. Afinal quem são essas pessoas?

Começassem por aí a resolver estes problemas.

Diminuem a quantidade de elementos na Assembleia da República porque hoje cada vez mais temos consciência que são pessoas que se limitam a olhar para o umbigo deles e não estão preocupados com a nossa sociedade.

Já aqui uma vez deixei um recado, e deixei em Portimão em Dezembro, num congresso da ANAFRE.

As próprias comissões políticas locais, quer concelhias quer distritais comessem a olhar para dentro e também quando propuserem candidatos à Assembleia da República, proponham pessoas que pertençam a nós, não é virem candidatos de Lisboa candidatarem-se por Coimbra ou Guarda. Porque depois de eleitos esqueceram-se de nós. E logo aí parte a nossa falta de apoio. Logo aí há pessoas que completamente nada nos dizem mas também não estão preocupados com isso.

O Governo está a conseguir chegar onde pretendia, que era virar as pessoas locais e lembrem-se de uma coisa, a nossa vida continua aqui, a deles não. Nem começou aqui, nem vai acabar aqui.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hoje já temos problemas sociais. Para quê? Algo que não tem custos nenhuns para eles, isto é um tapar também de olhos que já expliquei em Nogueira. Para quê? continuarmos a virarmo-nos uns contra os outros por uma lei sem nexos?”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Acho que como Presidente do Município, e porque sou um homem de diálogo, e também me considero um homem de consensos gostava de fazer aqui uma pequena reflexão convosco.

Acredito que a intenção do Dr. Nuno Freixinho não era ofender, eu tenho participado com ele de forma séria e frontal, na discussão deste problema, ele ainda hoje me enviou, como ele disse e bem, uma carta, e eu vou-lhe responder, e da nossa parte Dr. Nuno Freixinho eu acho que não vale a pena ficarmos uns contra os outros, não é a sua intenção, não é a minha intenção, nem é a intenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Aquilo que nós devemos fazer é trabalharmos em conjunto é unirmos forças entre todos para defender as nossas Freguesias.

Quero também contar-vos uma coisa importante, faço parte da Associação Nacional de Municípios e quem negociou com a Troika foi o Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios, que é o Sr. Dr. Artur Trindade, foi ele que negociou com a Troika.

Aquilo que está escrito na Troika é a redução do número de autarquias.

Deixem-me dizer-vos que me angustia este clima que possa levar a uma divisão, eu acho que devemos é unirmo-nos na defesa das nossas Freguesias.

Mas esta lei é extremamente injusta e todos percebem que esta lei não tem sentido.

Há Concelhos com muito menos gente do que a Freguesia de Nogueira do Cravo, e quando se quer extinguir uma Freguesia que tem muito mais gente do que um conjunto de Concelhos, eu pergunto se essa lei é justa?

Dr. Nuno Freixinho, eu já comecei a trabalhar e vou enviar-lhe um conjunto de documentação.

Eu acho que esta Assembleia se deve pronunciar numa coisa extremamente simples, perante os dados que nós temos aqui, e sobre isto que o INE fez, dizendo isto é um disparate, esta Assembleia aprova a linha urbana de Oliveira do Hospital em cima da fronteira da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, não invadindo o terreno da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo.

Se for necessário que se marque uma Assembleia Municipal extraordinária para fazer esta retificação para não perdermos tempo.

Peço para que todos remem para o mesmo lado, todos nós temos responsabilidades e sabemos o que é que aqui está em causa. Por isso Sr. Dr. Freixinho, não devemos trabalhar isoladamente, eu estou disponível para trabalhar consigo, para trabalhar com o Sr. Presidente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Assembleia e da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, e com todos os outros Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, para trabalharmos todos em conjunto.

Fazendo este trabalho em conjunto em defesa da Junta de Freguesia de Nogueira, mas “sem vendermos a alma ao diabo”.

Todos nós queremos que Nogueira do Cravo continue como Freguesia e quero também referir que a sua contribuição neste caso também foi importante devido à sua formação como advogado.

Pessoas com responsabilidades tentaram fazer uma coisa que eu acho que é vergonhoso, que é tentarem passar a responsabilidade da extinção da Freguesia de Nogueira do Cravo para o Presidente da Câmara Municipal.

Quero mais uma vez dizer às pessoas de Nogueira do Cravo, que trabalharei com o Dr. Nuno Freixinho, como pessoa contratada pela Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, como Nogueirense, trabalharei com a Junta e com a Assembleia de Nogueira do Cravo e com os outros Presidentes de Junta para resolvermos estes problemas relacionados com esta lei da reorganização territorial autárquica.

Não nos devemos deixar dividir, e ninguém tente tirar dividendos políticos, porque ninguém tirará dividendos políticos se Nogueira ou outras freguesias acabarem.

As pessoas que fazem as leis na Assembleia da República têm que assumir as consequências.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis disse aqui uma coisa que é verdade, não pode ser com a forma de chantagem que está na lei, nós não devemos fazermos o trabalho “sujo”.

Conheço muitos Presidentes de Câmara eleitos pelo PSD, que se têm “batido como leões” contra esta lei, em defesa das suas freguesias.

É também isso que eu espero que se faça no nosso concelho, respeitando a perspetiva de todas as pessoas.”

Entrou-se, depois, no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, tendo sido pedida a palavra pelo Sr. João Esteves para fazer a seguinte intervenção:

“Quero fazer algumas perguntas ao executivo da Câmara Municipal, e comungar de algumas preocupações, precisamente na dívida que vem no ponto I ou seja na dívida a fornecedores, estive a ver mais ou menos o histórico da dívida apresentada durante o ano de 2011 e verifiquei que em 30 de maio de 2011 há um aumento muito grande desta dívida a fornecedores que eu gostava que o Sr. Presidente da Câmara Municipal me explicasse o porquê, porque a dívida a fornecedores é cerca de três vezes a média do ano de 2011.

Não quero tecer qualquer comentário, mas pergunto se houve aqui algum problema a nível contabilístico ou se houve aqui alguma interpretação errada, porque houve aqui um aumento que não se justifica muito e eu gostava de ser esclarecido sobre este ponto.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Muito obrigado, sobre a dívida nós teremos oportunidade de falar aquando da apresentação de contas.

A pergunta do Sr. deputado João Esteves é simples de responder, mas quero dizer-lhe que não se preocupe com a dívida aos fornecedores por uma razão, bastaria ver na lista que lhe entregaram que há um conjunto de faturas que estão aí, que vê logo ao princípio, que é das Águas do Zêzere e Côa de trezentos e cinquenta e cinco mil euros que se a subtrair a esta vê que é uma dívida absolutamente residual.

Os nossos saldos darão para pagar as dívidas todas neste momento.

Se a nossa dívida fosse reportada ao dia de hoje, com os pagamentos entretanto feitos, porque este mapa foi tirado a 30 de março e fizemos um conjunto de pagamentos a 2 de Abril.

Fomos chamados às Águas do Zêzere e Côa para o seguinte, como sabe o maior devedor às Águas do Zêzere e Côa, que era o Município do Fundão, foi chamado para o Conselho de Administração das Águas de Portugal e eu fiquei contente, porque ele deve à volta de oito milhões e meio de euros às Águas do Zêzere e Côa, não deve trezentos e cinquenta e cinco mil euros. Mas ele agora faz parte do Conselho de Administração das Águas de Portugal e houve uma Assembleia Geral e fizemos aqui alguma pausa nos pagamentos por causa disso, para perguntar como é?

Na Assembleia Geral foi-nos dito o seguinte havia um conjunto de Autarquias que meteram as Águas do Zêzere e Côa em tribunal para a anulação de contratos por causa dos pagamentos dos metros cúbicos e dos preços.

Sabe qual foi a proposta do Presidente das Águas de Portugal?

Foi o seguinte: Senhores Presidentes de Câmara vocês a partir de agora pagam só 80% das faturas. Como está na lei, nós mandamos as faturas na totalidade mas vocês pagam 80% da água e pagam 80% das águas pluviais.

As pessoas que têm dívida ficaram todas contentes.

As outras vão começar agora e vamos fazer uma planificação a pagar das outras mas as outras ficam em saldo.

Eu faço uma intervenção e também o Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, porque somos dois pagadores razoáveis - pode faltar uma semana mas temos sempre as contas em dia – perguntámos: Então e o nosso saldo?

Nós que pagámos sempre?

Depois tem que se ver! Nós ficamos ali um bocado... então nós pagámos, não temos retorno e os outros tinham?

Mas eles esqueceram-se de um problema é que vem aí uma lei que já foi aprovada ontem na Assembleia da República que é a lei dos compromissos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A lei dos compromissos não vai ser uma coisa para brincar, porque a partir de agora não podem fazer nada que não esteja planificado em termos de receitas -acabámos de fazer ações de formação para as Juntas de Freguesia para esta lei porque também as Juntas de Freguesia vão ser englobadas – isto para dizer que não vai ser possível.

O que é que o governo fez? E na minha opinião bem.

Os que têm dívida vão-lhe fazer um saneamento financeiro. Como? Pode ser em sete ou oito anos mas eles têm que dizer quanto é que pagam em Março, quanto é que pagam em Abril, quanto é que pagam Maio, quanto é que pagam em 2012 em Novembro, quanto é que pagam em 2014 e têm que cumprir aquele plano.

Não lhes dizem para pagar agora tudo, se não ficavam sem dinheiro mas têm que pagar.

Esta medida penso que vai pôr algumas regras em termos de alguns Municípios.

Porque até vai haver algum saneamento financeiro, mas aí já é diferente porque se pagam juros.

Vamos perceber que aumentámos o nosso endividamento global a 31/12/2010, aumentámos duzentos e cinquenta mil euros mas já vou explicar que tem a ver com a obra do Ervedal da Beira.

Neste problema das águas fizemos uma pausa para ver como é que nós vamos agir.

mas dizem-nos Sr. Presidente: Oliveira do Hospital também fica assim e Aguiar da Beira também, nós vamos mandar-lhes as faturas e vocês só nos mandam 80% e ficam com 20%.

Mas eu pergunto, com a lei dos compromissos isso não é possível, a lei dos compromissos vai contra isso, eu não posso transitar com dívida, como é que nós vamos agora passar a fazer isso? Isto ficava aqui num saldo até encontrarmos uma solução.

O que é que eu defendo neste momento, e tenho discutido isto com a parte financeira, é que tínhamos que fazer este esforço financeiro de pagar religiosamente as nossas faturas. - Não sei até quando? Vamos também ser honestos!-.

Se não mexermos em algumas coisas ligeiramente!... Não sei até quando?

Por uma razão simples, começaram há dez dias, dez ETAR's novas a ser faturadas.

Eu resisti muito a essa ligação porque nós temos que fazer ligações, não temos financiamento para as ligações em baixa e eles têm agora os contadores.

Eu admiti que nós não devíamos pagar enquanto há fossas que não estão ligadas ao sistema.

Eles dizem que têm as verbas congeladas e que o Ministério das Finanças não os deixam lançar nenhuma obra, e ficámos de fazer a próxima reunião na Guarda com os técnicos para resolver o problema de Travanca de Lagos e São Sebastião da Feira.

Neste momento a nossa dívida em termos globais, ao dia de hoje estaria ao nível de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

31/12/2010, uma dívida absolutamente controlada.

Mas a Câmara Municipal se hoje quisesse pagava todas as faturas até agora e tinha saldo positivo.”

Depois, entrando-se no Ponto II da Ordem do Dia – apreciação e votação, nos termos do nº 2 do artigo 46º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, de proposta de contratação de pessoal – Procedimento concursal comum Para o preenchimento de um posto de trabalho para a categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo sido pedida a palavra pelo Sr. João Esteves para fazer a seguinte intervenção:

“Queria um esclarecimento por parte da Câmara Municipal relativamente a este ponto. Estive a ver com cuidado a Conta de Gerência e notei que existe na Conta de Gerência um montante para pagamento de indemnizações de cessação de funções no ano de 2011 de setenta e um mil seiscientos e doze euros e quarenta e cinco cêntimos.

Agora nós deparamo-nos aqui com esta proposta de contratação de pessoal e o que é que se verifica, verifica-se que isto foi um concurso que foi feito. Esta senhora, para o qual está aqui a proposta de contratação ficou em segundo lugar na lista e reúne todas as condições, e a Câmara Municipal precisa de a contratar e vem aqui à Assembleia para nós aprovarmos esta contratação.

Não tenho nada contra a contratação desta senhora, só tenho a reparar uma coisa: vendo o valor de indemnização que a Câmara pagou durante o ano de 2011 verifica-se aqui que a senhora que a Câmara quer contratar e para o qual está a pedir autorização à Assembleia Municipal, terminou o contrato com o Município no dia 1 de março de 2012, ou seja foi o mês passado agora vem aqui a proposta à Assembleia para a contratação a partir do dia 2 de maio de 2012. Será que vamos cair outra vez nesta situação de ter que pagar outra vez a indemnização que por lei a senhora tem direito?

Será que nós não poderíamos precaver antes esta situação? Contratar a senhora por tempo indeterminado e não lhe pagar a indemnização!

Essa é uma observação que eu quero fazer porque eu acho que aqui o Município evita o pagamento de outra indemnização.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. João Esteves está enganado, o Sr. João Esteves deve saber que há um despacho que obriga à redução de pessoal.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital reduziu em mais de 10% o pessoal, e está obrigada a reduzir mais 1% do seu pessoal. Se não tivesse reduzido até agora mais de 10%, era obrigada a reduzir 2%. Se tivesse aumentado ou se mantivesse era obrigada a despedir 3% do seu pessoal.

Sabe porque é que é só 1 %? Porque alguns contratos foram terminando.

A Câmara Municipal não pode meter ninguém sem haver a saída de três pessoas, e só



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à saída da quarta é que pode meter uma pessoa, só à saída da quinta é que pode meter duas, só à saída da sexta é que se pode meter três.

Sabe o que é que aconteceu, há um conjunto de concursos que estavam aí lançados - e têm que me fazer justiça - não foi para meter cá outras pessoas, foram pessoas que estavam cá com contratos a termo e que eu tentei resolver os problemas, sem os correr politicamente, porque não foram metidos aqui por mim, mas não é da minha forma de ser! Se fossem outros

O Sr. Esteves tem razão numa coisa, eu não acho uma lei muito justa que obrigue ao pagamento de indemnização - no contrato a termo - a uma pessoa que até vai ser contratada novamente.

O senhor deputado João Esteves certamente que também verificou que em termos de salários ao pessoal baixámos 7%, e isto permitiu-nos meter mais pessoal. Se verificar o Diário da República ninguém mete pessoal.

E por isso não é possível fazer um contrato a termo indeterminado.

Nesta altura se a Câmara pudesse fazer contratos era o melhor que eu fazia como Presidente de Câmara, mesmo que não alcatroasse umas ruas, porque os jovens merecem uma oportunidade de emprego.”

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo sido aprovada, por unanimidade, a proposta de contratação de pessoal – Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho para a categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Entrou-se, depois, no Ponto III da Ordem do Dia - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do “Regulamento para a atribuição de apoios a agregados familiares desfavorecidos”, tendo sido pedida a palavra pelo Sr. Rui Abrantes para fazer a seguinte intervenção:

“Este regulamento sem dúvida que será necessário, tanto mais que, é para revogar um regulamento que está em vigor desde mil novecentos e noventa e sete e as condições naturalmente que se alteraram.

Não sendo eu técnico desta área, e com certeza que o executivo está bem munido a esse respeito, com o Sr. Vice Presidente Dr. Francisco Rolo.

Parece-me a mim que este regulamento é um bocado pesado, não sendo eu técnico!

Eu compreendo que tem que ser um regulamento que feche portas aqui e que abra acolá e que não permita dar subsídios a quem não tem direito a eles, e eu compreendo isso tudo, mas sem dúvida e aqui no preâmbulo faz referência a uma situação importante, que passava a ler “ *Por outro lado também o advento do desemprego criou um novo tipo de pobreza menos visível e sem capacidade de adesão à panóplia de apoios nacionais que é necessário calcular*”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sem dúvida que sim aquela pobreza que anda aí muito encoberta que nós sabemos, aquela pobreza envergonhada e eu acho que nenhuma dessa pobreza e nenhum agregado familiar que esteja a viver essas dificuldades vai ter condições para cumprir este regulamento.

Os senhores deputados, tal como eu tiveram a possibilidade de ler e sem dúvida que isto é pesadíssimo. Eu até vejo com alguma dificuldade que alguém consiga cumprir todos estes itens para ter direito a esse tal apoio, não estou com isto a dizer que estará mal elaborado, e compreendo a necessidade, e eventualmente tem que ser mesmo assim.

Mas é com alguma pena que de certeza vamos impedir algumas pessoas de chegar a este apoio social, em virtude de tantas alíneas, tantos itens, tantos pontos.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Peço desculpa, por “furar” o protocolo, mas, no calor da discussão esqueci-me de agradecer, a prenda que o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, nos deu no 25 de Abril, e também me esqueci de agradecer o muito e bom trabalho que a Sra. Dra. Luísa Vales prestou na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de onde acaba de sair e naturalmente o Presidente da Assembleia Municipal sente-se na obrigação de reconhecer este trabalho. Muito Obrigado! E peço desculpa por ter falhado.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Eu também acho que há necessidade de regulamentar e tornar claras as regras para atribuição justa de dinheiros públicos com objetivos sociais, porque é disso que se trata.

Quero esclarecer o que eu uma vez aqui disse sobre os apoios sociais que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital disponibiliza ou pretende disponibilizar.

O que está a acontecer, e reparamos bem, é que enquanto os sucessivos governos foram cortando as verbas do Orçamento de Estado para o Município, para o nosso e para os outros, simultaneamente, as políticas de direita, aplicadas pelo Governo do Partido Socialista. E estas políticas de “direitíssima” estão a conduzir as pessoas para situações de problemas graves, económicos e financeiros. Estão a conduzir os Portugueses para a fome, para a desnutrição e estão a atrair o país para o desastre.

Ou seja, ao mesmo tempo que cortam nos fundos Municipais, o Município para acudir às situações de pobreza tem que gastar o dinheiro que não tem, e que podia gastar naquelas competências e atribuições próprias dos Municípios e das Freguesias. Ou seja, enquanto nos querem abater Freguesias, nós nas Freguesias andamos a tentar remediar o mal que os governantes fazem.

Isto de facto é um regulamento temos que acautelar a atribuição justa dos dinheiros públicos, mas aqui há um inegável peso burocrático.

Esta burocracia inerente de facto pode condenar à priori pessoas carenciadas de terem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acesso a este tipo de benefícios. Com tanto papel, tanta declaração para se candidatarem a ajuda, deixa logo metade pelo caminho, se não forem também e já agora apoiadas nessa tarefa ou pela Freguesia ou pelos Serviços Sociais.

É que as pessoas carenciadas normalmente não estão em situação, por vários motivos, muito disponíveis para virem para Oliveira do Hospital a gastar dinheiro à procura dos papéis.

Em Vila Franca da Beira temos um problema, que está detetado e está assinalado em que por este regulamento essa pessoa carenciada, não tem casa de banho, anda para ali a causar problemas, numa situação degradada e degradante e perante este regulamento já não tem acesso a ajuda, e a pessoa precisa. Eu sei que a pessoa precisa, embora também não esteja em necessidade extrema.

A gente aqui vai ter que contornar o regulamento, é o que vai acontecer, esta pessoa, não vai poder deixar de ser apoiada, e para ser apoiada, vamos contornar o regulamento. É o resultado material disto!

Depois esta questão da habitação arrendada. É que essa pessoa vive numa casa que ainda está em nome dos avós, ou dos pais que já morreram, não está em nome dele e por isso não é titular não tem a escritura, não tem acesso aos apoios e todavia, tem disso necessidade.

Também vai acontecer, algum familiar esperto, tem uma casa degradada, arrenda por uma renda simbólica a um amigo ou outro familiar e depois isso já fica ao abrigo do regulamento.

O senhorio, ao abrigo da lei atual, pode com grande facilidade pôr na rua o arrendatário.

A Câmara apoia e o senhorio pode pôr o arrendatário a “andar de lá para fora”, a não ser que isso fique claramente definido, e aí sim, numa cláusula do regulamento.

Quem aceitar fazer isso o senhorio no prazo de cinco anos por hipótese, não pode “correr” com o arrendatário sob pretexto algum, a não ser pretextos legais extremos.

Quem tiver mais de um prédio urbano não pode candidatar-se. E se tiverem dois barracos, que não deixam de ser barracos, como é que é?

Tem que haver um regulamento!

Mas este tem cláusulas a mais e há algumas que a gente vai ter que furar!”

Seguidamente, a Sra. Dra. Luísa Vales tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Registamos com agrado a elaboração deste Regulamento, é um documento muito completo, pois irá permitir apoiar e responsabilizar cidadãos que se deparam com problemas de carências a vários níveis e que se encontram em situação de grande vulnerabilidade e exclusão social, que urge combater e colmatar.

Porque entendemos que a aplicação das medidas expressas neste regulamento irão contribuir para a melhoria do nível e qualidade de vida de algumas famílias do nosso



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho, iremos votar inquestionavelmente a favor.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Dr. José Francisco Rolo para fazer a seguinte intervenção:

“Hoje a atribuição de qualquer apoio pecuniário por parte do Município é feito de acordo com o regulamento que existe, que é um regulamento que também tem critérios, também é denso e também envolve burocracia. Só que é uma burocracia que não se vê!

Acontece é que esse regulamento está desajustado e não incorpora novos fenómenos.

Incorpora a velha pobreza, a pobreza tradicional, mas não incorpora a nova pobreza, novas formas de pobreza, em particular, formas de pobreza envergonhada.

Hoje o drama é este com o qual temos que nos confrontar, por isso o Sr. Presidente da Câmara, tem razão quando diz *“se tivermos que deixar de alcatroar algum caminho ou pavimentar qualquer área para ajudar as pessoas”*. Eu acho que não podemos hesitar na escolha!

Porque são mil e nove desempregados que existem em Oliveira do Hospital, maioritariamente mulheres, brutalmente concentrados na faixa entre os trinta e cinco e os cinquenta e quatro anos. São cerca de quatrocentas pessoas desempregadas que estão inscritas no GIP - Gabinete de Inserção Profissional, quase metade são jovens licenciados. São oitenta famílias que no Concelho de Oliveira do Hospital, são beneficiários do Banco de Recursos Sociais e que recebem apoio do programa de ajuda alimentar, ou seja, já não têm dinheiro para irem ao supermercado no minimercado já não lhes fiam, já se abastecem no supermercado social que a Câmara Municipal financia e as ações de voluntariado, que devem ser aqui louvadas que proporcionam bens para esse programa de ajuda alimentar.

Depois, todos os incentivos e todos os apoios com dinheiros públicos têm que obedecer a critérios. Esses critérios existem no Rendimento Social de Inserção ou em qualquer apoio de emergência.

Nós tentámos simplificar as condições de acesso. Agora há questões que são imperativos legais, por isso é que tem esta complexidade toda.

Relativamente à burocracia naturalmente pedíamos ao Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e às Comissões Sociais de Freguesia para sinalizarem os casos, e darem conta desses casos via Plataforma de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado ou Gabinete de Ação Social porque o Gabinete de Ação Social tem técnicos competentes, trabalham muito bem a rede, há Gestores de Caso por cada família, todo o processo funciona bem.

A Burocracia ultrapassa-se!

É como o subsídio para os nossos pastores também tiveram que arrolar o NIB e a declaração da exploração.

Isto que é pedido são documentos probatórios necessários.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Normalmente os nossos idosos e as pessoas que estão em situação de precariedade, já têm esses documentos todos, porque já de alguma forma são beneficiários de outra medidas.

Outras pessoas que estão em situação – episódicas, esperamos nós - de pobreza também têm condições, porque são desempregados e têm condições para reunirem esses documentos.

Quero também dizer que este regulamento tem duas componentes novas, particularmente inovadoras, e temos orgulho nisso.

Introduz a noção de contratualização. Por exemplo, numa família, uma pessoa que está bastante endividada, que está no limite, com este regulamento há possibilidade de socorrer essas famílias, introduzindo a noção de contratualização. Ou seja, as pessoas desenvolvem trabalho socialmente necessário. Desenvolvem-no numa IPSS numa Junta de Freguesia e naturalmente mediante a certificação dos Serviços de Ação Social, será pago o trabalho de voluntariado a um preço de referência que é de três ponto vinte e um.

Outra componente, é que: apoiado neste regulamento temos o “chapéu legal” para desenvolver o Projeto, o Programa Ativos Sociais que irá à próxima reunião de Câmara e que irá desenvolver a componente de empregabilidade e dar resposta à preocupação manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que é criar condições de acesso dos mais jovens ao mercado de trabalho, ter uma experiência profissional, ter uma oportunidade de desenvolver as suas competências.

Relativamente às questões da recuperação de habitações: Para além da possibilidade da Câmara Municipal com meios próprios poder reabilitar habitações, nós temos um Programa de Conforto Habitacional para Idosos, que resulta de uma parceria de um projeto que a Câmara Municipal apresentou à Segurança Social, e neste momento temos doze projetos já aprovados para doze intervenções em doze habitações e está aberto concurso para mais três habitações.

Pedimos aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e a todos os membros desta Assembleia Municipal, para sinalizarem casos que depois têm que ser avaliados. Como tudo, há critérios.

A lógica não é de excluir, é de incluir. Mas temos que estabelecer “balizas”.

Tentámos fazer um regulamento ágil e que acima de tudo responda às questões do desemprego, e dos graves problemas sociais que vão emergindo e que se vão multiplicando no Concelho.

Esperemos que com este regulamento consigamos reduzir esses focos de pobreza e de precariedade.”

Seguidamente, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo sido aprovada, por unanimidade, o “Regulamento para a atribuição de apoios a agregados familiares desfavorecidos”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Depois, entrando-se no Ponto IV da Ordem do Dia - Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2011, tendo sido pedida a palavra pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Regista-se o crescimento do montante com o qual realizadas as GOPS face ao ano de 2010, em dois milhões e trinta e sete mil e quarenta e nove euros, representando um aumento de 32,37%, que é fruto não apenas da capacidade de concretização colocada em cada um dos projetos mas também da obtenção atempada das fontes de financiamento previstas e aprovadas para aqueles projetos que beneficiaram de apoio financeiro externo.

O objetivo comunicações e transportes continua a apresentar em valores absolutos um montante muito significativo de mais de dois virgula dois milhões de euros sendo inferior em 2010, registado apenas em quinhentos e setenta mil euros, cerca de 20% a menos.

Tratou-se de dar continuidade a investimentos que eram objeto de financiamento, quer de alguns outros, cujo encargo foi assumido totalmente pelo Orçamento Municipal, como a Estrada Municipal 507 e 501 e da ligação à Lajeosa, cuja primeira fase já foi concluída.

Nas receitas, a taxa de execução foi de 62,63%, em linha com o percurso dos últimos anos, e superior à taxa de execução verificada no ano de 2010, que foi de 61,34%, sendo de maior relevância o crescimento verificado em 2011 nas transferências de capital, que em todo o caso não compensou a receita relativa a empréstimos que em 2010 - como sabem em 2010 houve uma “injeção “dos dois milhões de euros do empréstimo dos cinco milhões.

Um decréscimo das transferências do Orçamento de Estado por via do FEF - Fundo do Equilíbrio Financeiro.

Por isso, o que é que houve aqui, nas transferências de capital: Houve um aumento significativo das transferências dos fundos comunitários, tendo este ano sido o maior valor executado de sempre.

O Concelho de Oliveira do Hospital, nunca teve tanto dinheiro de comparticipação do quadro comunitário.

Existiu em 2011 um crescimento global da despesa em 19,74%, que atingiu de forma mais expressiva as despesas de capital.

A execução de projetos de financiamento em relação ao ano anterior foi mais de um milhão e oitocentos e noventa e nove mil euros, também há uma verba das despesas correntes, na receita da despesa corrente, há uma aplicação significativa em despesas de capital. Isto é: receitas que eram correntes foram transformadas em despesa, que engloba os investimentos mas também se registou um crescimento positivo nas despesas correntes.

É de relevar que o maior crescimento absoluto nas despesas correntes se verificou na aquisição de bens e serviços.

Há aqui uma coisa que toda a gente sabe os combustíveis subiram. O IVA da eletricidade que teve efeitos a partir do dia 1 de outubro.

Mas o maior volume de despesa foi com a aquisição da água para a distribuição domiciliária.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Queria destacar também 6%, - porque à bocado disse 7% e por isso retifico- em relação à área do pessoal.

As receitas de capital corresponderam a 31,5% da totalidade das receitas enquanto que as despesas de capital foram quase 41,08% face á totalidade das despesas, havendo por isso uma transferência de quase 10% das receitas para despesas de capital. Isto é, há uma transferência ainda significativa.

Esta situação mostra uma realidade que foi possível obter no ano de 2011, em resultado da maior disponibilidade de fundos comunitários destinados ao financiamento dos investimentos em curso.

Mas, não vale a pena enganarmo-nos porque esta tendência não será de modo nenhum para continuar, porque a contratualização com a CIMPIM e os quadros comunitários têm estado quase fechados.

Neste momento o governo reprograma alguns fundos, mas este desempenho não será repetido em 2012.

Numa análise relativa aos últimos cinco anos e à evolução das transferências regulares do Orçamento de Estado para o Município, confirmou-se aqui uma tendência às verbas que estavam previstas em termos de transferências comunitárias, nós poderíamos dizer que houve uns “cortes” que em alguns casos não se veio a concretizar, mas por exemplo este ano em 2011 houve uma redução no FEF, naquilo que era previsto, no valor de trezentos e setenta e dois mil quinhentos e setenta e oito euros.

O ano de 2012 que está a decorrer, a previsão será de trezentos e cinquenta mil novecentos e oito euros.

Se também compararmos com 2010 em relação à receita prevista no valor de duzentos e noventa e três mil cento e oitenta e um euros, percebemos que só em termos das transferências do estado, de certa forma global, nestes anos o Município de Oliveira do Hospital perdeu um milhão de euros.

Um milhão de euros é muita obra! Como vocês sabem.

Houve aqui alguns reajustamentos em termos de receita, acabando por não ser nesta totalidade, porque outras receitas vieram comparticipadas.

Percebe-se que isto tem a ver com a consequência da aplicação a nível nacional das medidas da contenção da despesa pública.

Não vale a pena enganarmo-nos porque não teremos as mesmas possibilidades que tivemos nos outros anos.

Este ano, também numa negociação com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, onde todos estiveram e onde todos colaboram, o subsídio do ano passado, que lhes foi atribuído, foi de seiscentos e vinte e um mil euros e este ano só serão quinhentos mil euros.

Há uma descida nas transferências, mas não abdicando dos mesmos princípios. Os senhores Presidentes de Junta, participaram nesta reunião, onde isto foi negociado, abertamente com todos, dizendo-lhes que as possibilidades financeiras não são iguais.

Nós não poderemos querer governar a casa como se tudo continuasse igual. Temos que fazer alguns reajustamentos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A situação financeira da Autarquia nos anos anteriores de 2008 evidenciava uma diminuição de dívida a médio e longo prazo, percebe-se que a partir de 2008 há uma evolução na dívida.

Se não houvesse estes cinco milhões também não haveria um conjunto de obras que eram necessárias.

Verificou-se uma tendência de crescimento da dívida de médio e longo prazo, mas também de curto prazo que não é mais do que a que correspondente ao volume dos documentos de despesas em trânsito.

Também houve alguns documentos em trânsito que entraram em janeiro, que são contabilizados na despesa até 31 de dezembro, que são perfeitamente controláveis e aceitáveis.

Em 2010 quem olhar para a dívida, a curto prazo - isto pode evitar algumas perguntas - foi oitocentos e vinte e cinco mil setecentos e trinta e três euros e em 31/12/2011 foi um milhão seiscentos e oito mil, isto é duplicou. E duplicou por causa de um conjunto anormal de faturas que entraram e que não foram processadas, devido a alguns problemas com a contabilidade mas não só. Há aqui à volta de trezentos mil euros que nós não podíamos pagar, porque era a obra da Av. D. Manuel I, do Ervedal da Beira, porque não tinha visto do Tribunal de Contas. Enquanto o visto não veio, nós não podíamos pagar à empresa. E por isso esse valor teve que transitar para o ano de 2011. Neste momento já fizemos o pagamento de algumas faturas porque o visto já veio.

A minha preocupação em termos de contas é para o futuro não é para este ano.

Nós se quiséssemos, se olharem para as existências, tirando trezentos e tal mil euros que não pertencem à Câmara Municipal, nós estávamos em condições de pagar todas as faturas que temos. Isto demonstra claramente que tenho uma Câmara equilibrada.

As despesas correntes vão aumentar sobretudo com os problemas do lixo, o preço que pagamos por tonelada depositada é muito elevado.

Tenho orgulho na equipa que trabalha comigo, o Dr. Paulo Rocha tem ajudado nesta parte financeira, o próximo ano não vai ser tão bom, mas eu acredito que o país vai dar a “volta” e mais tarde ou mais cedo havemos de ter condições de crescimento mais favoráveis.

As pessoas continuam a ser a nossa prioridade, às quartas feiras recebo muita gente e percebo a angústia de muitos jovens e de muitas pessoas do nosso Concelho que pela primeira vez tiveram que recorrer ao Centro de Emprego. ”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“O Sr. Presidente da Câmara já fez aqui uma apresentação das contas, assinalou os cortes do Orçamento de Estado.

Sobre a matéria em concreto, digo em primeiro lugar, que gostaria já de ver nesta contas, algumas contas da obra da substituição da água e saneamento em Vila Franca da Beira e ainda não constam nas contas de 2011.

Naturalmente que continuo a fazer votos que apareçam nas contas de 2012 e acho que, para o mal e para o bem, o Município ainda tem capacidade de endividamento.

Em matéria de gestão financeira com consequências económicas, gerir a dívida é uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividade tão meritória como gerir o excesso de receita devo até dizer que difícil é gerir a dívida, não é gerir a falta dela.

Essa capacidade de endividamento do Município, desde que a banca empreste, deve ser aproveitada, naturalmente para que isso se faça repercutir na melhoria das condições de vida e de trabalho da população das nossa Freguesias e do nosso Município.

Digo aqui claramente, que, acho que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, está a cortar onde não deve. E não deve cortar nas transferências para as Freguesias. Desde logo, porque foi um compromisso eleitoral e o Senhor disse e assumiu e nós acreditamos que vai cumprir o seu compromisso eleitoral.

Não é a poupar dinheiro, e ao contrário do que dizem para aí! O Ex-Presidente da Câmara que sempre teve a mania de dizer: “*O Município sou eu*”. Olha o resultado que lhe deu!

“*O Município sou eu. Ó pá! Até às eleições não levas mais nada.*” Isto foi-me dito a mim. Olha o resultado que lhe deu! Ainda vem falar agora em refundação do PSD. Ele um dos principais culpados pela situação em que está o PSD. Não é que isso me rale a mim. Quanto mais estragados estiverem melhor. Digo sinceramente. Mas que ele tem culpa tem. Ainda vem agora dar lições aos outros.

Nesta matérias das Freguesias era um déspota, nem sequer esclarecido. Porque se fosse um déspota esclarecido podia fazer as contas e dizer que o dinheiro que as Juntas de Freguesia administram diretamente fazem obras mais baratas do que aquilo que a Câmara Municipal faz.

Transferir quanto mais dinheiro para as Freguesias, naturalmente com “rede”, naturalmente com responsabilização, mas quanto mais dinheiro for transferido mais o Município poupa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Carlos Folques, para fazer a seguinte intervenção:

“Na sequência daquilo que já foi transmitido por nós em reunião da Câmara Municipal e nessa sequência nós vamos abster-nos. Sobre as contas vou ser breve, atendendo ao adiantado da hora.

O baixo investimento em turismo e as baixas despesas que foram feitas o ano passado, que o senhor este ano felizmente já começou a alterar esse investimento, e a Feira do Queijo é um bom exemplo disso. Que pode e deve ser feito no Município de Oliveira do Hospital.

Eu queria só acrescentar que nessa área do turismo há algumas formas de turismo que também passa pelo nosso Concelho, que não são muitas vezes visíveis. Que é na área da natureza e do histórico. Aproveito o livro do Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, lançou no dia 25 de Abril, para pedir que olhem para uma das fotografias que ele lá tem, naquele livro, sobre a Freguesia de Avô.

Proponho também a subida do caminho romano do mosteiro, lá para cima para Aldeia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das Dez, e vejam o estado em que aquele caminho romano se está a esboroar.

Vejam também o estado em que se estão a esboroar os Palheiros do Fiais da Beira, que é também algo que eu acho que é terrível.

É bom este investimento em turismo que fizemos na Feira do Queijo, mas não podemos descuidar também estes lugares que mencionei.

Volto a referir o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves porque ele sabe que trago cá gente para passear por este Concelho.

De referir também a Bobadela, porque acho que o investimento que falta concluir na Bobadela, para rentabilizar todo aquele espaço.

Os Presidentes de Junta não chegam para tudo, e estes investimentos devem ser feitos pela Câmara Municipal.

Também se devem ajudar determinadas instituições que fazem atividades não lucrativas como por exemplo o Clube de Caça e Pesca, o Clube Seita entre outros. Sei que tem dado subsídios, mas tem que olhar melhor para aqueles subsídios.”

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado, Dr. Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Como se viu, está descoberta a forma de nós acabarmos as Assembleias Municipais cedo. O Sr. Presidente da Câmara passa a fazer as explicações antes e ficamos todos esclarecidos.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, referiu isso, e bem.

Ficamos todos esclarecidos e até há uma certa dissuasão para as inscrições porque de facto a explicação foi brilhante.

Mas mesmo assim eu vou correr o risco de repetir aqui um pouco aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse.

Antes de mais começar por dizer que finalmente nós temos um instrumento de apreciação e de trabalho na Câmara Municipal, que é o chamado Balanço *Scorecard* que alguns lembram-se, os mais velhos, que tanto aqui pedi isto!

Sabemos hoje o que é uma visão, o que é uma missão da Câmara, quais são os valores as oportunidades e as ameaças. E sabemos que isso permite definir os objetivos estratégicos. Como ameaças, hoje temos o desemprego, temos a desestruturação social, a diminuição do financiamento e permite também aproveitar algumas oportunidades quando elas surgem como é neste caso concreto o bom aproveitamento dos dinheiros do QREN.

Portanto confirma-se finalmente que este instrumento é o melhor instrumento. Nos mandatos anteriores tanto me bati por isto como sabem.

Em relação a esta prestação de contas há três ideias base que me ficaram.

Por um lado os consensos no executivo, que num contexto de Câmara em certa



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medida minoritária, foram importantíssimos e por vezes são pouco valorizados.

A manutenção dos apoios às Freguesias, o Sr. Presidente da Junta de Vila Franca, referiu que se devem manter. Eles mantêm-se mas se calhar é de uma forma percentual, pois se entra muito menos dinheiro do Governo ou da Administração Central os apoios às Freguesias terão que ser os mesmos mas de uma forma percentual.

Os prazos de pagamento que são francamente bons.

Agora temos que considerar em 2011 algumas questões de enquadramento. O agravamento das condições económicas, a diminuição do financiamento por parte do estado às Autarquias, o próprio poder de compra das famílias e também dos funcionários públicos, a diminuição do número de funcionários públicos de duzentos e oitenta para duzentos e sessenta e três e o seu próprio envelhecimento como se pode recolher do balanço social.

Ainda assim foi possível, como também foi dito, um nível de realizações com um crescimento em cerca de 30%, em relação ao ano anterior.

Através do apoio social direto, do apoio ao investimento nas Freguesias no apoio às infraestruturas do comércio e indústria, como é exemplo a conclusão das infraestruturas da zona industrial.

Mas onde a atividade do Executivo Municipal merece os meus maiores elogios, é na procura de financiamento, nomeadamente no QREN.

Esta procura de financiamento foi feita dos anos anteriores, para se dar esta realização em 2011, o trabalho foi feito nos anos anteriores.

Manteve-se ou aumentou-se o investimento, sem aumentar o endividamento face à referida diminuição do financiamento das transferências do estado em mais de um milhão virgula quatro de euros.

Desculpem voltar sempre ao passado, mas é um sinal de velhice aqui nesta Assembleia. Este foi um dos cavalos de batalha entre 2001 e 2005, em que não houve projetos aprovados, recordo isso, depois entre 2005 e 2009, fruto da batalha travada aqui, aí sim, o Executivo anterior já teve alguns projetos aprovados e esse número disparou nos anos seguintes atingindo o ponto mais alto nos últimos anos com destaque para o ano de 2011, com a transferência de mais de um milhão e meio de euros, como já foi aqui dito, face a 2010 o que demonstra a capacidade do Executivo, no acesso aos fundos do financiamento do QREN.

Isto para dizer que a Autarquia tinha projetos para apresentar e apresentou-os, concretizou-os outros também já tinham sido apresentados e foram colhidos os frutos no ano passado.

A meu ver, e eu estive a ver se conseguia apanhar isto na internet, mas deve haver poucas Câmaras no país que tenham obtido este resultados.

Num ano onde não tiveram condições de financiamento ou melhor não se socorreram do aumento do endividamento como sugeriu o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca, Sr. Prof. João Dinis, isso não foi feito no ano anterior.

Diminuíram as contrapartidas nacionais e aumentaram muito as contrapartidas do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

QREN.

Eu ia destacar aqui dois ou três projetos que foram contemplados, O Centro Educativo de Nogueira do Cravo, a Biblioteca Municipal, a estrada do Vale do Alva, que teve uma cobertura do QREN de 80% e outros de menor dimensão, como foram a requalificação do centro histórico de Aldeia das Dez, o melhoramento à envolvente da praia fluvial de Avô etc..

Depois não foram esquecidas as outras áreas como o apoio social, o apoio ao Agrupamento de Escolas, aos Clubes e às Associações.

O balanço global comparativo com 2010 é significativo.

Os projetos aprovados e encerrados com a realização de despesas de um virgula cento e vinte e cinco milhões, têm que ser aqui considerados e relevados.

Num valor global que teve uma aplicação à volta do dobro do ano anterior.

Não vale a pena dizer que houve um retrocesso, mas também já foi aqui dito, houve um retrocesso de cinco anos no que se refere aos valores que vieram do Estado e isso foi compensado como se viu com os valores do QREN, como se vê no gráfico a páginas 33.

Diminuíram as transferências do estado, mas apesar de se receber menos dinheiro do estado fez-se obra, parte com dinheiros comunitários e a dívida ainda diminuiu.

O Concelho está de parabéns e a Autarquia também.”

Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que fez a seguinte intervenção:

“Como estamos aqui a fazer a análise de um ano de trabalho, e apesar do adiantar da hora, sinto-me na obrigação de dizer alguma coisa.

Na sequência de algumas críticas que aqui se faziam antigamente e de algumas críticas que legitimamente continuamos a ouvir.

Quando se diz que esta Câmara não faz obra os números estão aí para o dizer.

Quando se diz que as Juntas de Freguesia, gastam mal o dinheiro, eu penso que isto é uma ofensa e é uma falta de respeito aos eleitos e aos eleitores.

Os Senhores Presidentes de Junta são eleitos no mesmo dia, com os mesmos votos de quem está na Câmara, a um nível de responsabilidade diferente do ponto de vista legal.

Eu queria dar os parabéns aos Senhores Presidentes de Junta pelo trabalho que têm estado a desenvolver.

Queria dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho que fez.

Houve aqui um recorde em termos de apoios externos do QREN.

Olhando ali para os gráficos, afinal no passado, houve aí três ou quatro anos com quatro milhões e tal ou cinco milhões e tal. Não é tanta a diferença assim e, se calhar, era a tal falta de diálogo, e tal falta de esclarecimento que, às vezes, nos levava a fazermos críticas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, se calhar, não tinham tanta razão de ser.

Tenho a humildade de reconhecer aqui, e porque de facto há ali dois ou três anos com quatro milhões e muito – 2005 e 2003, na anterior gestão - se calhar, não tinha tanta razão quando pensava, quando aconselhava e quando me disponibilizei para comprar o GPS.

Mas para valorizar uma vez mais o clima de diálogo quero dizer que foi esta a Assembleia Municipal que mais satisfação me deu fazer.

Primeiro porque houve aqui um debate vivo como eu gosto e segundo porque houve aqui um reconhecimento nos três pontos que aqui discutimos. Vi, quer da parte do PSD quer da parte do Grupo Independente e de todas as forças representativas e até mesmo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, com a acutilância que todos nós lhe conhecemos, digamos que há aqui uma unanimidade pelo reconhecimento da qualidade do trabalho feito.

Quando há colaboração, quando todos damos as mãos, o que interessa é que de facto tiremos alguma coisa para o nosso Concelho.

Não é tão importante saber quem é que “leva a taça”!

Eu penso que em 2011, todos “levámos a taça”.

Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal - embora aqui esteja como deputado Municipal, neste momento - quero dizer que me sinto particularmente satisfeito com os resultados e também com a postura que continuamos a manter, mesmo num dia como foi hoje, que tratámos aqui um assunto que aparentemente nos dividia.

Eu peço desculpa ao Sr. Dr. Nuno Freixinho, se eventualmente me excedi mas eu achei que a forma como as coisas foram postas, que não podia deixar de tomar a atitude que tomei.

Também tenho a certeza que não era a intenção, mas nós de facto, também estudamos os assuntos como aqui o Senhor viu pelas intervenções que houve, até porque temos a obrigação de o fazer, temos a noção da responsabilidade que está em cima de nós e também sabemos quando é o tempo útil, como aqui também disse o Sr. Eng.º Carlos Maia, quando é a hora certa de fazermos as coisas. Se aquelas que nós pensamos, efetivamente, não derem o resultado que todos pretendemos que é mantê-las todas, é esse o nosso objetivo e é essa a nossa luta.

Muito obrigado, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e a todo o Executivo Municipal pelo trabalho realizado.

Muito obrigado a nós todos, pela responsabilidade que aqui temos tido e muito obrigado, aos Senhores Presidentes de Junta do Concelho pelo empenho, pelo espírito de diálogo e pela forma construtiva de como as coisas vão acontecendo neste Concelho que foi sempre aquilo que eu desejei, aquilo por que eu sempre lutei.

Não é para mim particularmente importante a sigla que está a governar o Município. O importante para mim é a forma como o governamos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, o seguinte: A ideia que eu tenho em relação às Freguesias é que o nosso modelo tem vindo a evoluir em termos de exigência.

Também não posso deixar de ter uma palavra para o Dr. Daniel Dinis, que é o homem responsável pelo trabalho com as Juntas de Freguesia do Concelho.

A forma acordada para a distribuição das verbas pelas Juntas de Freguesia do Concelho foi aqui discutida com todos numa reunião e chegámos através do diálogo a um modelo de trabalho e a consensos.

No ano passado foram distribuídos por todas as Juntas de Freguesias seiscentos e vinte e um mil euros, este ano e porque há redução de financiamento, voltámos a distribuir uma verba por todas as Juntas de Freguesia, um pouco menor, de quinhentos mil euros.

Foi um modelo de trabalho acordado ente todos e só abandonarei este modelo de trabalho se realmente não tiver dinheiro.

Também defendo, que todos temos que fazer uma reflexão conjunta, porque se há menos dinheiro, então temos que definir o que é que é prioritário nas Freguesias.

Percebemos que são dinheiros públicos e que os recursos são poucos. E para termos a noção que o dinheiro está bem aplicado ele fica protocolado, tem documentos, e devo fazer como Bruxelas: Quando não se cumpre é lhe retirada a parte que não foi cumprida.

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia hoje dependem menos do humor e da vontade do Senhor Presidente da Câmara, fazendo cada um o seu trabalho e tendo respeito uns pelos outros, nesta forma de dialogarmos e conversarmos.

Não há dúvidas que o meu compromisso eleitoral, foi esse. Fiz algumas críticas no passado, e por isso o meu caminho passará por aqui.

Senhor Deputado, Carlos Folques, quando vi aqui, eu estava à espera que viesse aqui e que dissesse mais ou menos isto: Num regime de excecionalidade, e sendo da oposição vou votar a favor porque reconheço que estes números são brilhantes.

E faltou-lhe dizer aqui uma coisa na sua qualidade de contabilista, já afirmou aqui uma coisa no passado mas hoje não afirmou, porque se esqueceu de afirmar. Foi uma coisa muito importante, até porque, não sei se foi no ano passado ou à dois anos que fez referência a isto. Eu não me esqueço dos pequenos pormenores!

Sabe o que é que foi?

Foi sobre a despesa de capital e a despesa corrente e faltou-lhe dizer isto: Sr. Presidente eu acho que este resultado foi bom e vou-lhe dizer porquê, porque o Senhor tirou das receitas correntes, foi buscar um milhão oitocentos e trinta e dois euros e injetou-os nas obras. Isso é que é, tirou na receita corrente para o transformar em despesa de investimento, e isso é bom!



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre o turismo, quero dizer-lhe que às vezes o investimento não foi assim tão pequeno como as pessoas querem fazer crer. Porque há coisa que não são contabilizadas na área do turismo.

Há quem diga: este executivo não faz uma grande obra. Eu não estou disponível para fazer obras de fachada, que representem no futuro encargos para o Município sem nós termos verbas, não estou disponível para isso.

Sr. Deputado, Carlos Folque, isto que eu tenho aqui, e que lhe mostro, é o nosso *Stand* no Estoril Open.

Só lá estão dois Municípios, um dos quais é Oliveira do Hospital. Este contrato que nós temos com a Lagos Sport, tem a ver com a Volta de Portugal.

Vamos estar representados com este *Stand*, no Estoril Open, e só duas Câmaras estão representadas, e nós vamos lá estar. Por isso nós lá estaremos com os nossos produtos, lá estaremos a divulgar o que nós temos de melhor no Concelho de Oliveira do Hospital.

Também li na imprensa, que o Presidente da Região de Turismo do Centro, Sr. Dr. Pedro Machado, esteve em Oliveira do Hospital, a convite da Comissão Política do PSD, numa conferência sobre o Turismo.

O Sr. Dr. Pedro Machado, fez algumas afirmações muito interessantes sobre o turismo. Eu li no jornal. Não fui lá porque não fui convidado, porque se me convidassem também ia. O Sr. Dr. Pedro Machado, disse uma coisa que é verdade: o Município isoladamente, e só por si, se não trabalhar em rede não tem sucesso. E que ninguém tenha dúvidas disto!

Mas sobre o Turismo o Sr. deputado, Eng.º Rafael Costa disse aqui uma coisa muito importante e eu concordo com ele, que é fazer desta Feira do Queijo realmente o acontecimento marca. Já hoje, sem dúvida nenhuma é a maior Feira do Queijo a nível do país. Agora nós, não podemos chegar a um patamar e ficar lá. Temos que fazer investimento e dizer é por aqui que nós queremos ir e é esta marca que nos há de referenciar a nível nacional, isto é fundamental.

Esta ideia que nós temos de investimento porque há quem lhe chame a este tipo de investimento na Feira do Queijo um custo, e isto não é um custo é um investimento.

Este ano, devemos ter pela primeira vez uma chegada da Volta a Portugal a Oliveira do Hospital. Em tempos de dificuldades nós vamos fazendo opções. Isto não impede as obras!

Teremos o nosso Concelho, a ser divulgado por todas as televisões e espero que a Volta a Portugal, passe pela grande parte das Freguesias do Concelho. Ainda estamos em negociações.

Também a EXPOH de este ano que terá um novo calendário é um bom meio de divulgação do nosso Concelho.

Também quero reconhecer aqui outras coisas que não são só feitas por mim. A contratualização, como vocês sabem, foi passada para 80%, e alguns projetos anteriores, e é preciso uma pessoa ser verdadeira, é preciso ter essa coragem, houve alguma reprogramação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeira em algumas obras, que nos deu mais dinheiro, que nos permitiu angariar mais dinheiro.

Eu e o Dr. Francisco Rodrigues, tivemos uma reunião da CCDRC, à procura de verbas para algumas obras e vamos fazer reprogramação de um conjunto de obras. Por exemplo: Avô e Aldeia das Dez, tiveram um conjunto de obra através do programa das Aldeias de Xisto, que tiveram financiamento à volta de 60%, se não estou em erro, e outra 50% e agora vamos fazer a reprogramação financeira para 85%.

O que nós quisemos foi entrar no “barco”, nós podemos entrar só com 40% ou 50%, mas depois temos que ir buscar o resto do dinheiro. Só assim é que Oliveira do Hospital pode fazer alguma coisa.

Agora eu estou preocupado!

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca, Sr. Prof. João Dinis, também colocou aqui um problema, que é uma obra de substituição da água e saneamento em Vila Franca da Beira.

Também quero referir a obra da Moita/Formarigo que está adjudicada por um preço base de quatrocentos e tal mil euros, que foi a concurso público com seiscentos e tal mil euros -as empresas hoje fazem as obras não a ganhar dinheiro mas a perder dinheiro, com consciência, mas é para darem trabalho aos seus trabalhadores, é uma empresa de Oliveira do Hospital que também ganhou.

Isto para vos dizer, que estou à espera das verbas do POVTV e também espero ir buscar dinheiro, a um projeto que foi iniciado pelo executivo anterior, que foi o saneamento das Cabeçadas, espero ainda ir buscar, o dinheiro que lá gastámos, porque a firma faliu e houve uma nova adjudicação da nossa parte e eu ainda espero ir buscar essa parte do dinheiro para nós podermos viver de uma maneira diferente e de maneira desafogada.

Este ano só em termos de despesas, só para terem a noção, porque agora a lei do orçamento vem dizer que os concursos públicos que foram de carácter urgente tinham terminado, e aos quais o Tribunal de Contas não tivesse dado o visto, tinham penalização por não terem o visto, isto é reduziam, não sei se 10%, 15% ou 25%.

Ou seja agora nesta retificação deste Orçamento vem um artigo que diz: “*Todos os concursos considerados de carácter urgente devem ter a mesma comparticipação financeira do que os outros*”, isto também nos vai ajudar. Estamos a fazer neste momento a reprogramação financeira.

Nas despesas de capital deste ano em cinco milhões quatrocentos e setenta e um mil euros - isto é trabalho – a comparticipação aprovada, não foi a que foi recebida toda até agora foi de quatro milhões e meio de euros.

Em relação ao Centro Escolar de Nogueira do Cravo, quando alguém disse: “*se fosse eu gastava trezentos mil euros*”, mas nós esperamos não gastar os trezentos mil euros, porque a nossa comparticipação é só de 15%, Se a obra custar um milhão de euros, a nossa comparticipação é de cento e cinquenta mil euros. Também não é exatamente assim porque depois tem mais umas coisas, mas é capaz de ser à volta de duzentos mil euros.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Isto é em termos de Concelho, nós gastamos menos do que se eu fosse remodelar a escola do Primeiro Ciclo de Nogueira do Cravo, que andaria à volta dos trezentos mil euros.

Também temos que ter consciência, é que todos os dinheiros do Quadro Comunitário estão a ser desviados para pagamento de outras coisas, e há alguns problemas para abrir determinados programas.

Onde é que há algumas verbas?

Queria deixar aqui uma palavra sobre a Plataforma de Desenvolvimento BLC3. Há muita gente que não acredita na Plataforma de Desenvolvimento BLC3, mas a Plataforma, está a fazer um trabalho extraordinário e acaba de ter um projeto aprovado - sobre a pêra passa - no valor de quatrocentos mil euros, tinha tido um financiamento de quinhentos mil euros, e há um conjunto de projetos que vão ser aprovados.

Nós também estamos em negociações para adquirir a ACIBEIRA, para que a Plataforma e um conjunto de Unidades de investigação, passem a funcionar na ACIBEIRA em Lagares da Beira.

Mas a ACIBEIRA não é da Câmara Municipal, é da Caixa Central do Crédito Agrícola, a Câmara só tem o direito de superfície.

Há aqui um conjunto de caminhos que podemos fazer em conjunto e eu acredito muito nos projetos da Plataforma, e tem havido dinheiro sobretudo para projetos na área da inovação.

O volume de investimento durante esta fase foi de nove virgula oito milhões de euros e tem de participações – há obras que ainda não acabaram e que não estão aí – sete milhões de euros.

Agora vocês percebem perfeitamente que isto já lá vai, todos temos consciência que no próximo ano se aqui estivermos todos a fazer este balanço, e eu espero que sim, não teremos estes números.

Não é uma questão de ambição. Mas se eu puder? Desde que seja para obras produtivas para o Concelho andar, não é obras de fachada, se eu puder trazer em vez de sete milhões de euros, trazer quinze milhões, mais lucra o concelho.

Eu acho que este ano de 2011 correu bem.

E temos que definir quais são as obras prioritárias para serem feitas nas Freguesias.

Há umas estradas que ainda hoje não dignificam o Concelho, como dizia o Presidente da Assembleia, Sr. António Lopes, antigamente quando entrava no concelho que acordava por causa da irregularidade dos pisos. Ainda há duas estradas que fazem a entrada no Concelho que ainda se acorda por causa do piso, que são a estrada de Lourosa ao Barril do Alva e a estrada de Vila Verde à Sobreda, que é uma estrada relativamente pequena.

Eu também estou muito empenhado em ajudar a resolver estes problemas.

A Câmara Municipal está em negociações com o Senhores Presidentes de Junta, até há alguns compromissos com alguns, ou porque tiveram menos obras ou porque a Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal não fez um investimento tão grande e também têm prioridades e tenho visto no lado dos Presidente de Junta muita compreensão e também têm muitas expectativas e espero não defraudar essas expectativas.

“Não vou modificar o meu comportamento ou a forma de como eu olho para as coisas, só porque 2013 é ano eleitoral.”

Seguidamente, a Mesa da Assembleia colocou à votação o Ponto IV - Apreciação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2011, tendo sido aprovado, por maioria, com dez abstenções.

Entrou-se, depois, no Ponto V da Ordem do Dia - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2011.

Não havendo intervenções relativamente a este ponto, foi colocada à votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2011, tendo sido aprovado, por unanimidade.

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A Sra. Dra. Adelaide Freixinho, fez-me saber que gostava de intervir nesta Assembleia Municipal, como sabem o Regimento manda que se inscrevam antes de começar a Assembleia.

Depois de consultar a mesa como me competia, entendeu-se que dado o adiantado da hora e que eventualmente isto iria suscitar mais alguma discussão, e porque nós entendemos que neste momento o assunto de Nogueira do Cravo e de todas as Freguesias, deverá ser tratado com serenidade e que devemos esperar primeiro pela publicação da lei.

O compromisso do Presidente desta Assembleia Municipal é que fará todos os esforços no sentido de ser de facto um trabalho conjunto consciente e responsável como se impõe.

Sr.^a Dr.^a Adelaide Freixinho, com todo o respeito e consideração que lhe tenho, esta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

casa tem regras como a Sr.^a Dr.^a Adelaide Freixinho, bem sabe, até pelo tempo que cá esteve e a mesa no seu conjunto é de opinião que não deve conceder-lhe a palavra e eu lamento. Eu tenho todo o respeito, consideração e amizade pela Senhora Doutora mas temos que minimamente cumprir as regras. Muito obrigado.”

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de abril, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____